

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

PRESIDENTE - GILBERTO CATTANI

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – (AUSÊNCIA DE ÁUDIO) nem tínhamos ainda este maravilhoso edifício aqui, que foi conquistado, também, pelas pessoas que controlam aqui a comunidade católica, enfim, a comunidade como um todo, a quem agradeço já de imediato, também, pela cedência do espaço.

Mas é a segunda vez que um senador visita o nosso assentamento e sempre nessa luta da nossa documentação, então obrigado, senador, obrigado mesmo de coração por o senhor fazer parte.

A nossa querida Andreia Fujioka, que é a secretária de Estado de Agricultura Familiar. (APLAUSOS)

Não me canso de dizer que é a secretária mais atuante e mais eficiente do governo do Mauro Mendes, até pelo que representa a Secretaria de Agricultura do nosso Estado, é aquilo que nós mais precisamos, o apoio e a ajuda para que os nossos pequenos produtores possam se tornar grandes. Essa é a ideia, né, Andréia? Obrigado, tá.

Quero convidar aqui, também, o meu amigo Tarcísio Garbin, que é vice-prefeito de São José do Rio Claro. Tarcísio Garbin está aí? Aí, Garbin, vem para cá, vem conosco aqui, por favor. (APLAUSOS)

Quero aqui, também, convidar o vereador Lucas Badan, que é presidente da nossa Câmara de Vereadores aqui de Nova Mutum. Obrigado, Badan, pela sua presença. (APLAUSOS)

Obrigado, Garbin; obrigado, Badan. Assembleia Legislativa

Dizer que a nossa Câmara de Vereadores hoje... Nós temos vários vereadores, vereadoras, aqui, que têm feito a diferença na administração junto com o prefeito, sempre ajudando e buscando melhorias para a população. Isso é muito bom, Lucas, agradeço imensamente a sua presença.

Quero destacar que eles transferiram para amanhã a sessão da Câmara. É isso, né? Ah, vai ser hoje ainda, mas mais tarde, né, Lucas, para poderem estar aqui com a população. Isso nós temos muito que agradecer a vocês também.

Quero convidar o vereador Irineu Sandeski, que é presidente da Câmara do Município de Itanhangá. Por favor, Irineu. (APLAUSOS)

Quero convidar, também, o vereador Adriel Pereira, que é vice-presidente da Câmara de São José do Rio Claro. O presidente Pelezinho não pôde vir, e aí deu essa incumbência ao Adriel. Por favor, Adriel. (APLAUSOS)

Também, quero convidar à mesa a doutora Manoela Maria Auxiliadora de Almeida, que é a cartorária do 1º Ofício do município de Nova Mutum e de Santa Rita do Trivelato. Doutora Manoela, por favor. (APLAUSOS)

E quero, também, convidar a Edenise, da Empaer, para estar aqui conosco, também, na mesa aqui. (APLAUSOS)

Não me passaram aqui nenhuma presença do pessoal do Incra.

Quero dizer a vocês que todos foram convidados, na verdade foram até convocados pela Assembleia Legislativa, não de forma oficial, mas nós insistimos para que estivessem aqui o pessoal do Incra, acho que não puderam vir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Mas, se estiver algum representante do Incra aí, por favor, se manifeste, será um prazer tê-lo conosco.

Também, convidamos a Fabiana, da associação, mas acho também que... Hoje, é segunda-feira, e o nosso povo é um povo trabalhador, provavelmente muitos não estão aqui porque é uma segunda-feira.

E, assim, Lucky, feito a abertura, passo a você, à elegância do Cerimonial da Assembleia Legislativa, para...

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (LUCKY MARLON) – Grato, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – ...deixa-nos sentar.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (LUCKY MARLON) – Senhoras e senhores, convido a todos, em pé, em posição de respeito, para cantarmos o Hino Nacional Brasileiro. (O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIA (LUCKY MARLON) – Podemos nos sentar.

Também, em nome do eminente Deputado Gilberto Cattani, queremos agradecer a presença de todos para esta audiência pública já nesta manhã, nós estamos ao vivo pela TV Assembleia Legislativa neste momento para todo o Brasil e pela Rádio Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Queremos aqui, Deputado, em seu nome, agradecer a presença da senhora Sandra Cattani, sua esposa; conosco também, neste evento, os seus netos, a sua família. Muito obrigado pela presença.

Vereador Ricardo Schneider, vice-presidente da Câmara Municipal de Nova Mutum; agradecer a Maria Santiago, vereadora, também, do município de São José do Rio Claro; José Roberto da Silva, vereador, também, pelo município de São José do Rio Claro; Rafael Brignoni, vereador do município de Nova Mutum; Bia, vereadora pelo município de Nova Mutum; Jackeline de Souza, secretária de Agricultura e Meio Ambiente do município de São José do Rio Claro; Davi Soares, presidente da Associação Barra Limpa; Dione Castro, analista fundiário da Famato.

Ainda, agradecemos a presença de Ronaldo Santos de Oliveira, presidente da comunidade católica Nossa Senhora de Fátima do Pontal do Marape, conosco aqui, agradecido pela presença; Alex Sandro de Souza, técnico da Bioflora, também do município de São José do Rio Claro; Mirtes Grotta, Transterra, município de Sinop, conosco, muito obrigado.

Anderson Bays, engenheiro agrônomo da Empaer; Edenise do Carmo, técnica da Empaer e vice-presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável; José Roberto da Silva, o Betinho, vereador pelo município de São José do Rio Claro, e ainda agradecermos a todos os moradores da comunidade, tão valorosa comunidade, aqui do Pontal do Marape.

Senhoras e senhores, para o seu pronunciamento, já nesta manhã, desta audiência pública, convidamos o eminente Deputado requerente desta audiência pública, Gilberto Cattani.

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Lucky.

Bom, mais uma vez, quero repetir que estou muito feliz de ter esta audiência aqui, hoje.

Esta audiência, como disse, surgiu de uma demanda que chegou até nós, nós ficamos sabendo que o Incra tinha duas possibilidades para que o cartório de Nova Mutum pudesse regulamentar ou registrar os nossos títulos, para nós passarmos para a próxima fase, que é justamente a escritura das nossas propriedades, que são nossas por direito, compradas e, muitas delas, já pagas ao Governo Federal.

E o Incra tinha duas opções, a primeira opção era que se fizesse um aditivo, porque, de fato, precisa fazer uma pequena correção na questão do georreferenciamento, enfim, na questão

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

das matrículas e tudo mais, que não vou saber explicar, mas a doutora Manoela, com certeza vai nos dar, hoje, aqui uma aula sobre isso, para que não paire nenhuma dúvida na nossa cabeça.

E a segunda opção era que não se fizesse o aditivo e se cancelasse esse título para fazer outro. E aí, particularmente, digo aos senhores e às senhoras que jamais vou confiar nisso.

Nós vimos acontecer... Inclusive, nós temos aí o pessoal do Itanhangá, que sofre até hoje, um assentamento anterior ao nosso ainda, Schneider, e sofre até hoje, porque também se alegou que lá no Itanhangá havia títulos que não eram válidos, ou seja, alguma coisa nesse sentido.

Primeiro ponto que quero dizer a vocês. Aqui, no assentamento, corre muita conversa de que os nossos títulos também não são válidos. Ora, se um título não é válido, não tem como você cancelar. A própria fala de se cancelar um título mostra que ele é um título válido. Senão não existe cancelamento numa coisa que não vale nada. Isso é uma coisa simples para entendermos.

E, quando fiquei sabendo que o Incra iria optar por essa opção de cancelamento de títulos... Repito a vocês, a minha confiança não é plena, é um órgão realmente difícil, e sabemos que não seria o caminho adequado.

Quero ressaltar o trabalho da associação aqui, que fez um trabalho junto ao Incra, junto com a doutora Manoela e tudo mais.

E, na última semana, se posicionaram, e o Incra junto, dizendo que não vai haver possibilidade de cancelamento dos títulos, graças a Deus, né? Então, optamos, agora, para que se faça esse aditivo, se conserte o que está errado e que possamos partir para o nosso registro.

Quero dizer a todos vocês que todo mundo... A audiência é pública, tá, pessoal? Então, quem quiser falar, estão aqui essas meninas magníficas da Assembleia Legislativa, que vão pegar o nome de cada um, é só você levantar a mão, chamá-las, elas vão anotar para fazer as inscrições.

E, por favor, falem, não só do assentamento aqui do Pontal do Marape, mas de outros assentamentos que estiverem presentes, assentamentos vizinhos, enfim, quem sentir que tem algum problema no seu assentamento, pode expor para nós aqui.

Por quê? Nós estamos ao vivo aqui, o que nós estamos fazendo aqui está sendo assistido por todo o Estado de Mato Grosso por meio das redes da Assembleia Legislativa, e isso também gera para nós um arquivo documental para que possamos levar isso adiante.

Repito aqui para vocês, nós já temos uma audiência marcada também no Congresso Nacional sobre esse assunto, e depois vamos partir para outras ações, não só para beneficiar o Pontal, mas todos os assentamentos.

Porque, hoje, nós temos, como falei, mais de 500 assentamentos e todos eles, cada um tem um problema particular para ser resolvido e, se nós não tomarmos alguma atitude, com certeza não será.

Quero dizer que as falas, aqui, da mesa vão ser cronometradas para que possamos, realmente, agilizar a reunião e fazer com que as pessoas falem. O nosso objetivo, também, é ouvir vocês mais do que qualquer coisa, e se quiserem falar, inclusive, críticas aqui, nós estamos abertos.

A própria Bíblia diz que só um tolo não aceita a correção, e espero que não seja tolo a esse ponto, então qualquer um que queira falar, o que quiser falar, a audiência vai estar aberta para vocês.

O senador, obviamente, não tem tempo de fala, pode falar o que lhe vier do coração, doutora Manoela também, assim como a secretária. Mas aos demais peço a compreensão para que possamos ter um tempinho para dar um recado, para que possamos, então, fazer com que essa audiência possa ser frutífera até a hora do almoço, tá bom? Obrigado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Quero passar, primeiro, para a Edenise, da Empaer, porque a Edenise tem feito um trabalho espetacular, que muitas pessoas, às vezes, nem sabem. A Edenise não é somente a Edenise, da Empaer... Ela é conhecida assim porque já trouxe muitos benefícios à nossa sociedade aqui.

Mas também, hoje, a Edenise faz parte do Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Município e ela tem buscado, junto ao Incra, nos ajudar em toda a nossa documentação, tem sido uma parceira espetacular para tudo isso e ela tem grandes informações para passar para todos nós.

Edenise, por favor.

Também, Edenise, se quiser expor como que foi essa questão da opção pelo cancelamento, pode expor aí, tá, Edenise? Obrigado. (APLAUSOS)

A SR.^a EDENISE DO CARMO – Obrigado, Gilberto, pelas palavras.

É o seguinte, uns tempos atrás, desde mais ou menos um ano, como conselho, nós recebemos um documento do Incra, em que o Incra sugeria que cada município contratasse um técnico ou um profissional da área administrativa para ajudar nos trâmites das documentações dos projetos de assentamento dos municípios.

Aí, como já tínhamos mandado um técnico, na época, do município para o Incra de Diamantino, e ficou lá uma semana, mas o que impossibilitava de avançar os trabalhos era o acesso à senha, que só o Incra tem.

E Nova Mutum tem cinco assentamentos, que é o Pontal do Marape, 358 parcelas; Rio Verde, com 15; Maria Oliveira, com 8; e Maria Oliveira I, com 24; e, agora, o último criado, com 8 parcelas, que é o assentamento XV de Novembro.

Quero ressaltar que todos os outros assentamentos, com exceção do Ribeirão Grande III, não é, Manoela, que já está consolidado, e os outros três estão em andamento... Os outros assentamentos, Maria Oliveira, Maria Oliveira I estão na plataforma para o Incra mandar para frente para processo de titulação.

Aí, terminei o processo dos outros assentamentos. Só vou para Diamantino quando o seu Ricardo, que é o chefe da execução, fica no município, porque eu e ele trabalhamos na mesma senha, porque eu o ajudo no processo das documentações, e, quando ele está viajando, não tem como eu ir para lá.

E sei que, agora, ele vai ficar até dia 19 de dezembro à disposição do Itanhangá fazendo visita de vistorias. Então, até dia 19 de dezembro, sei que a minha ida para lá vai ser meio limitada.

Mas aí falei para ele: Ricardo, como venho para cá só quando o senhor está e como o senhor vai sugerir que vai ser cancelado o título do Pontal do Marape, e o Marape, hoje, tem apenas seis parceiros aguardando para sipragem, que é o processo antes da CCU (CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO), que dá o direito ao produtor receber o Pronaf e depois a titulação.

Quando foram entregues os contratos aqui no assentamento no final do mandato do governo anterior, ficaram faltando para ser todo mundo titulado 59 parcelas. Essas 59 entrou naquela lei de um ano e um dia para ser titulado e outros por falta de documentos.

Dessas 59, já há só seis aguardando a sipragem. Terminando a sipragem, a hora que o superintendente liberar, já vão ser solicitados os títulos das 59 que ficaram para trás.

E, paralelo a isso, como eu ia ajudar no termo aditivo, ele falou que ia sugerir que esses títulos fossem cancelados, que era mais fácil fazer outro do que fazer termo aditivo. Eu corri na Manoela, a Manoela explicou que o certo era o termo aditivo também. E ela teve reunião, depois ela vai falar, em Cuiabá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Esse documento não chegou a ser ofício, foi um e-mail, que pedi para ele mandar para o conselho dizendo que a minha ida lá ia ser limitada por causa da... Não ia mais ser feito o termo aditivo. E ele mandou falando que ia sugerir para Paulo Garcia, o chefe da titulação, o cancelamento para poder fazer outro novamente.

Quando nós nos esbarramos no conselho com essa situação, todos ficaram preocupados, até mesmo o prefeito, porque, desde o primeiro momento a prefeitura sempre se mostrou favorável que todos os assentamentos sejam logo titulados.

Tanto que o conselho não tem recursos financeiros. Eu estava lá em Diamantino, vou para Diamantino com recursos da prefeitura. Minha despesa de refeição e pernoite são pagas pelo município.

E visto a isso, voltei a falar com ele, liguei para ele, daí ele me mandou um áudio, aqueles áudios instantâneos, explicando. “Olha, Edenise, foi definido...”, dona Ziza, como ele me chama. “Ó, dona Ziza, nós decidimos, já teve reunião, os títulos não serão cancelados e sim feitos termos aditivos. A dona Manoela já esteve em Cuiabá, lá no Incra, e já ficou decretado que não serão cancelados”.

Então, é isso que queria dizer para vocês, fiquem tranquilos que, se depender do conselho, se depender do cartório, se depender da boa vontade, vamos juntos até vocês receberem esse tão sonhado título definitivo.

É só uma sugestão, Cattani, não sei se tem como sair desta... Assim, como o conselho respondeu para o Incra que queríamos uma resposta daquele documento e até agora não veio, nós mandamos o ofício, mas o Incra ainda não mandou.

Sugerir para o Incra, também, o não cancelamento e solicitando para eles o termo aditivo. Não sei se dá para sair um documento daqui para o Incra, sugerindo para que seja feito o termo aditivo.

E era só isso, muito obrigada. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, obrigado, Edenise.

Dá sim. Na verdade, a audiência pública é para isso. Muitas vezes, pessoal, falamos assim: “Ah, não vou nessas audiências públicas, que não resolvem nada”. Mas uma coisa eu digo para vocês, é uma maneira que nós temos de justamente fazer isso que a Edenise falou, daqui produzir documentações.

Nós podemos fazer por meio da Assembleia, nós temos aqui Secretaria do Estado, nós temos aqui senadoria, pessoas que podem fazer... Todas essas autoridades podem fazer isso, de maneira muito firme, para obtermos resultados.

Gostaria muito que a doutora Manoela falasse também agora, depois da Edenise, justamente para nos explicar como que é o trabalho do cartório, mostrar para nós o que aconteceu, para depois estarmos inteirados do assunto.

Com a palavra, doutora Manoela, então. Obrigado, doutora.

A SR.^a MANOELA MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA – Bom dia a todos, é um prazer estar aqui participando desta audiência pública.

E o que temos que apresentar para vocês é o daqui para frente, porque já foi esperado tanto tempo e penso que estamos na reta final.

Não posso deixar de agradecer a luta da Fabiana, como presidente da associação, que sempre me procurou e sempre teve presente, questionando, indagando, inclusive desse boato do cancelamento do título, que ficou muito forte entre vocês e chegou até o meu conhecimento por meio da Fabiana, por meio da Edenise.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E garanto para vocês que o cancelamento do título não ocorrerá, por quê? Uma vez expedido, precisa de um trâmite administrativo junto ao Incra para que haja esse cancelamento. Não é simplesmente cancelar só porque o Incra pretende o cancelamento. Então, fiquem tranquilos que o cancelamento do título de vocês já expedido não ocorrerá.

O que é esse termo aditivo que tanto vocês estão comentando aí? Esse termo aditivo vai ser necessário, por quê? Porque as parcelas da reserva florestal aqui do Pontal do Marape compreendem 9 parcelas, dos quais 3 parcelas ficam no município de Lucas do Rio Verde.

Lembrando que o Pontal do Marape é limítrofe à comarca de Lucas do Rio Verde. E, pelo princípio da territorialidade, o cartório não pode fazer ato da comarca de Lucas do Rio Verde.

Então, esse termo aditivo é para facilitar para vocês, por quê? Porque, pensem vocês, vocês ficarem com uma parcela de 1/358 avos, Deputado, em cada propriedade, fica uma coisa de louco.

Então, o que Incra está fazendo? Está extremado, quem tem título aqui para o lado do Rio Arinos, vai receber a sua parcela da reserva aí; quem tem títulos quase no município de Lucas do Rio Verde, a sua reserva florestal ficará nessa área.

Talvez, você receba, além da área agricultável, uma porção, uma fração da reserva e mais uma outra, porque há uma determinada quantidade para cada título.

Então, esse aditivo nada mais é, Deputado, para aclarar e dar segurança jurídica para que o cartório possa fazer o que o Incra determinou, e não o entendimento do cartório de que vocês têm um e trezentos e poucos avos em cada parcela.

Gente, nós, que mexemos com condomínio, sabemos o quão difícil é a situação de um condomínio, porque ele é indivisível, segundo o Incra. Ou seja, vocês jamais poderão fazer a divisão amigável.

Por exemplo, nós aqui da mesa compramos uma propriedade; amanhã ou depois, se cada um de nós quisermos fazer divisão amigável, isso é possível, porque nós somos livres e podemos administrar a nossa propriedade como nós queremos.

Porém, a reserva do Incra não pode ocorrer dessa forma, porque a própria reserva... A própria lei fala que não pode, todo mundo ficará junto *ad aeternum*, é imutável. Precisamos ser conscientes neste momento, antes do registro, porque, depois do registro, tudo fica mais difícil, aí são atos judiciais, que depois vai ter que buscar o Poder Judiciário.

Então, esse aditivo já está sendo questionado, já está sendo agilizado pelo Incra e, em breve, o Incra vai fazer e pegar a assinatura de vocês nesse termo aditivo.

E uma proposta do cartório para o Incra, Deputado, é que, enquanto fica correndo atrás das assinaturas de todos, o cartório se compromete com o Incra, que já comprometemos quarta-feira, com a abertura das matrículas, porque cada um de vocês terá uma matrícula autônoma dos seus lotes. Então, o cartório... Também não vai ser em 30 dias que vai poder abrir essas matrículas, certo?

Então, o nosso comprometimento com o Incra e com cada um de vocês, parceiros, é que nós vamos fazer essa matrícula, empenhando o nosso trabalho, a nossa equipe, com menor tempo possível, para poder entregar e poder registrar esses títulos tão sonhados de cada um de vocês.

Coloco-me à disposição, quem tiver alguma dúvida, pode me procurar que estou aqui para esclarecer para vocês, tá bom?

Obrigada. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Quero agradecer imensamente, doutora Manoela, a sua participação aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E dizer que é outra pessoa que para nós é fundamental a presença aqui, e que não mediu esforços desde a primeira hora quando nós convidamos, o doutor Daniel fez o convite, a senhora se propôs a vir.

Acho que nós estamos sendo agraciados aqui, hoje, com a presença da doutora Manoela, que já foi cartorária em Diamantino também. Não sei se Diamantino ainda pertence a senhora...? Não, foi para Mutum, que é bem melhor que Diamantino, então, a nossa Nova Mutum.

Mas que sempre... Desde quando estava em Lucas do Rio Verde, ouço falar da doutora Manoela. Doutora Manoela é que resolve os problemas de todos.

Só quero, com muita gentileza, doutora Manoela, dizer, assim, que, quando a senhora falou que é um boato, da questão das coisas, não era um boato, era realmente uma coisa que estava se encaminhando para acontecer.

E nós não poderíamos deixar que isso acontecesse, era assim... Claro, chegou aqui como um boato, lógico, chegou para a senhora também como um boato, nós entendemos isso. Mas, na verdade, era uma intenção que existia, de que partíssemos para uma segunda opção, e não é uma opção para nós, a nossa opção é isso que a senhora propôs.

Também, quero elogiar, porque, vejam vocês, ela já disse aqui e já fez isso, ela já fez uma proposta para o Incra para nos favorecer mais ainda.

Então, muito obrigado, Manoela, obrigado mesmo, tá, doutora? Obrigado.

A SR.^a EDENISE DO CARMO – Na época em que nós fomos ao cartório, perguntei para você se demora muito a abertura das matrículas até a entrega dos definitivos? Aí, você disse que é em torno de 3 meses depois que o Incra protocola no cartório. É isso?

A SR.^a MANOELA MARIA AUXILIADORA DE ALMEIDA – Edenise, porque, pensa bem, o cartório vai ficar uns dois meses, realmente, só focado nessas aberturas de matrículas, porque parece ser tão simples, mas não é.

Por quê? Porque temos que abrir a matrícula, conferir, baixar, selar, mandar para o Sigef (SISTEMA DE GESTÃO FUNDIÁRIA), mandar para o tribunal.

Então, são passos.... Que aí é o interno, a parte burocrática, que, às vezes, vocês nem ficam sabendo, mas temos que processar. E essa demora.... O sistema nem está preparado para, em um único ato, abrir toda essa quantidade de matrícula, entendeu? Então, talvez, realmente demore uns 90 dias para concluir tudo.

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Mas para nós isso não é problema nenhum. Nós estamos aqui há 27 anos aguardando, Manoela, 3 meses, ou 5, ou 6, para nós não tem problema nenhum. Do jeito que a senhora organizar, para nós vai ser magnífico da mesma maneira.

Quero passar a palavra ao Tarcísio Garbin, o vice-prefeito de São José do Rio Claro, nosso vizinho...

(O SR. TARCÍSIO GARBIN DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) –ah, está em exercício? Ué, o Levi pediu folga? Que bom então. (RISOS)

Com a palavra, o prefeito, então, de São José do Rio Claro.

O SR. TARCÍSIO GARBIN – Bom dia a todos e a todas.

Presidente Cattani, Deputado Estadual, que você está aqui representando a Assembleia nesta audiência pública.

Até quero me apresentar, estou interino como prefeito de São José do Rio Claro, nós estamos representando, aqui estão o presidente da Câmara, a associação e a Jackeline, secretária de Agricultura, e os outros vereadores que estão aí presentes.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Com isso, queria até, se você me permitisse, quebrar um pouquinho o protocolo, que preciso fazer um pedido, já que está o senador, está você, e quero agradecer essa mesa de dispositivo aqui, porque é o seguinte: nós estamos lá com quatro assentamentos, Cattani, nós precisamos de ajuda também.

Nós temos lá 867 famílias e é o mesmo processo que está aqui do Pontal, só que lá há uns detalhes que gostaria, se fosse permitido por você... A Jackeline podia explicar um pouco o que está acontecendo, para nós aproveitarmos esta audiência pública, que, às vezes, você possa nos ajudar e o senador, que também está aqui, e as outras autoridades, também, que estão aqui.

Então, tá bom. Pode ser que depois ela também...

Então, neste momento, fico muito grato por estar aqui representando São José do Rio Claro e com isso... Com Deus sempre acima de tudo, que nos abençoe e que dê tudo certo, Cattani, que isso aqui é um encontro com vocês, que Pontal do Marape também sofreu, e nós, em São José, também estamos sofrendo muito por causa disso, nós precisamos desse título.

É para o bem do município e para o bem do produtor, também, que está lá, está lá mexendo com gado, com leite, com batata, com mandioca e sempre precisa pegar um dinheirinho no banco, e tendo o título, ele vai lá e pega seu dinheiro tranquilo, sem depender de um avalista, essas coisas em dia.

Meu muito obrigado e Deus abençoe mais uma vez. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Garbin.

Nós já inscrevemos aqui a secretária de Agricultura de São José do Rio Claro, a Jackeline. Assim que nós abirmos a palavra, então, ela vai ser a primeira a falar aqui, a seu pedido, tá, Garbin? Obrigado.

Vou passar para o vereador Adriel Pereira, que é o vice-presidente da Câmara de São José do Rio Claro, também nosso companheiro. São José é quase o nosso quintal, é perto. Nós pertencemos a Mutum aqui, mas sempre que nós queremos dar nó em alguém, nós vamos a São José do Rio Claro.

Com a palavra.

O SR. ADRIEL PEREIRA – Bom dia a todos.

Quero aqui cumprimentar a mesa na pessoa do Deputado Cattani, que propôs esta audiência pública, cumprimentar toda a comunidade aqui presente, vereadores.

Quero cumprimentar aqui o vereador Betin, que está nos acompanhando também nesta manhã, vereadora Maria Santiago, secretária Jackeline, de Agricultura e Meio Ambiente, aos presidentes de associações Davi e seu Evonir, da Apralimpa, e a todos da comunidade, senador Wellington, muito obrigado pela sua presença.

Na verdade, minha fala vai ser bem breve, até porque nós também percebemos aqui que o assunto mais latente, que está mais aflorado aqui é a questão da titulação, do cancelamento da titulação daqui do Assentamento Pontal do Marape.

Mas também, assim como nosso prefeito aqui, Garbin, já adiantou, o município tem as nossas necessidades. Estamos lá com... Temos quatro assentamentos, desses quatro, dois ainda precisam ser regularizados, titularizados.

E, muitas vezes, ficamos refém do próprio Incra, que é o pai da criança. Sempre costumo dizer que é o pai da criança e que, muitas vezes, a parte...

(A MESA DIALOGA COM O SR. ADRIEL PEREIRA.)

O SR. ADRIEL PEREIRA – ...um pai ausente, infelizmente é isso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E que, muitas vezes, nós precisamos deslanchar a vida desses agricultores que estão lá. Nós já estamos... Os nossos assentamentos já têm 26 e 25 anos e os nossos produtores já estão no outro patamar de produção e precisam da titularização.

Hoje, o crédito rural é muito dependente dessa documentação, os nossos produtores já estão produzindo não só a agricultura de subsistência, mas já estão num patamar muito maior, principalmente na cadeia leiteira.

Hoje, nós temos a produção também de culturas anuais, enfim, nós precisamos de uma libertação, e a titularização é a forma de libertar esses agricultores e fazer com que andem e que a agricultura seja reconhecida não só como aquela que produz para o alimento na mesa, mas também aquela que gera divisas, que gera emprego e que faz com que o nosso povo permaneça ali nas propriedades.

Assim como vocês e outros municípios aqui da região, até porque hoje nós estamos tratando apenas do Pontal do Marape, mas de todos os municípios aqui da região.

Meu muito obrigado a todos. E quero aqui que nós tenhamos uma boa audiência, que nós possamos tirar algum encaminhamento, tirar alguma decisão prática e fazer com que esse pai dessa criança.... E, assim, senador Wellington, o senhor também leve essa reivindicação, leve essa demanda, que não é só dessa região, mas é do Estado de Mato Grosso inteiro, do Brasil inteiro.

Nós sabemos que o nosso Instituto de Colonização e Reforma Agrária precisa ser reestruturado, precisa ser revisto alguns conceitos, principalmente no âmbito da agricultura familiar, o qual tem travado o desenvolvimento do nosso município, do nosso Estado e do nosso País.

Meu muito obrigado e que Deus abençoe a todos e que possamos tirar daqui boas decisões e encaminhamentos que darão resultado futuramente.

Obrigado a todos. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, vereador.

Quero passar a palavra ao presidente da Câmara do Município de Mutum, a nossa cidade, o Lucas Badan.

Repito aqui a importância e o belo trabalho que a Câmara de Vereadores tem feito. Quero também dizer que nós convidamos a prefeitura, não tenho aqui nas minhas mãos ninguém aqui da prefeitura, mas se porventura alguém da prefeitura veio representando o prefeito, o secretariado, por favor, se manifeste aí.

Foram todos convidados, tá? Mas, não estando, o presidente da Casa também representa todo o Poder Público de Nova Mutum.

Lucas, com a palavra.

O SR. LUCAS BADAN – Bom dia a todos.

É um prazer estar aqui novamente dentro deste primeiro ano de mandato nosso como vereadores.

Cumprimento aqui, também, o vereador Ricardo Schneider, meu vice-presidente; vereador Rafael Brignoni, que é o nosso segundo-secretário; vereadora Bia também, fizemos questão de estar aqui juntos.

Quero agradecer a presença do nosso senador Wellington Fagundes, obrigado, por estar aqui; o nosso Deputado Cattani, a todos os senhores vereadores, senhora secretária de Agricultura Familiar, obrigado e desde já peço muito o apoio da senhora.

Pontal do Marape é uma região incrível, que tem um potencial incrível, mas que ficou por muitos anos sem uma devida assistência. Posso dizer aqui que, no mandato passado, que estivemos, a piscicultura era forte aqui na nossa região, mas que, infelizmente, por falta, às vezes, de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

ajuda do próprio município, que nós cobrávamos tanto uma ajuda... E da bacia leiteira, que aqui nós tínhamos também, que acabou fechando muitos produtores.

Então, hoje, com o trabalho... Como o Deputado Cattani falou que a senhora faz um bom trabalho e tenho certeza de que vai nos ajudar. Nós temos alguns pedidos lá e vamos, com certeza, levar mais pedidos para a agricultura.

Senhora Manoela, obrigado também; senhores vereadores.

Nós estamos aqui, quero dizer à comunidade de Pontal do Marape que esta Câmara de Vereadores atual.... A única coisa que tem de diferente para nós aqui quanto a vocês é a distância, pode ser que tenha uma distância grande entre a sede de Nova Mutum e o Pontal do Marape, mas dizer que nós estamos juntos, vocês não estão sozinhos e a Câmara de Vereadores está com vocês e estará dentro desses 4 anos.

E nós fizemos questão de cancelar a nossa reunião, jogar a sessão para mais uma hora para frente para estar aqui, para apoiar, porque, assim que nós ouvimos essa notícia, de que poderia cancelar os títulos, nós ficamos muito preocupados, muito preocupados mesmos.

E, graças a Deus, posso dizer aqui, sim, que o Cattani tem um trabalho nisso também, doutora Manoela, porque, se nós ficássemos quietos, acredito que eles poderiam, sim, cancelar para depois fazer outro.

Quando há alguém cutucando, quando há alguém que fala: “Não, não é assim que funciona; pera aí, tem que ter alguma outra forma”. Se não há essa pessoa, eles fazem do jeito que eles querem. Então, é por isso que é importante termos gente nossa, que briga na hora que precisa.

E lá, na Câmara, nós estamos da mesma forma. Quando nós achamos que alguma coisa não está certa, nós levantamos a voz, nós pedimos e buscamos melhorias. Não que seja tudo goela baixo, como muitas das vezes acontece.

Essa comunidade, assim como as demais comunidades, merece respeito e nós estamos à disposição, o que precisar da Câmara de Vereadores... Se precisar, Cattani, senador, doutora Manoela, usar o espaço da Câmara, levar lá também um debate, estamos de portas abertas para ajudar a nossa comunidade.

Coloco também à disposição dos municípios vizinhos, Itanhangá, São José também, tá? Para unirmos forças.

E, no mais, agradecer, e agradeço também ao nosso presidente da Assembleia, que também dá uma força muito grande ao Deputado Cattani, que é o Deputado Max.

E muito obrigado, contem conosco, estamos à disposição.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado.

Quero ressaltar também o esforço do Deputado Max, nosso Presidente lá da Casa. Sem ele, obviamente, nem a Casa funciona, ele permitiu esta audiência pública na Assembleia Legislativa, incentivou que ela acontecesse.

E não só ele, mas a grande maioria dos Deputados, hoje, na Assembleia Legislativa tem um olhar diferenciado para os produtores, principalmente os pequenos.

Quero passar aqui ao vereador Irineu Sandeski, que é presidente da Câmara do município de Itanhangá. E agradecer não só ele, mas todos do Itanhangá que estão aqui e que sempre têm uma luta ferrenha naquele município.

Nós já tivemos histórias aí horripilantes lá do Itanhangá, o que querem fazer com os assentados que estão lá há mais de 30 anos, pessoas que eu conheci quando era moleque em Lucas, enfim, depois eles mesmos vão falar aí, né, Chicão? Mas é para nós um motivo de muita alegria também, muita honra recebê-los aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Irineu, o senhor está com a palavra.

O SR. IRINEU SANDESKI – Cumprimento aqui o presidente da Câmara de Mutum, senador Wellington Fagundes, Deputado Gilberto Cattani e a todos os que compõem a mesa.

Também, cumprimento todos os vereadores presentes e a população em geral, também cumprimento o nosso colega Chicão, presidente do sindicato de Itanhangá, e o presidente da Igreja Católica também, da igreja de Monte Alto.

É que nem falou o Cattani, nós também lá, no Itanhangá, passamos por essa turbulência também de cancela título, não cancela título. Sou também parceleiro lá desde 1997, tenho uma parcela lá e vimos lutando há 27, 28 anos lá também pela documentação.

Hoje, temos uma vistoria do Incra ocorrendo lá, comandado pelo técnico José Ricardo, que explanou para nós que vai vistoriar os 620 lotes. Daqueles que têm o CCU, vai dar andamento para serem titulados e, daqueles que não estão homologados, para serem homologados.

Também, temos 270, 280 lotes judicializados lá. Nosso assentamento é o maior assentamento do Estado de Mato Grosso, com 1.149 famílias que estão lá desde 1997, é onde temos 400 e poucos titulados, e os demais para serem homologados e titular.

Essa luta nossa é também como a de vocês, de todos os assentamentos, especialmente do Assentamento Pontal do Marape, que estamos com esta audiência pública hoje, né?

E só agradecer o Deputado Cattani, também, pela luta que ele vem travando aí, buscando também essa regularização para todos os assentamentos.

Deus abençoe a todos e um forte abraço. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Irineu, obrigado mesmo.

Vou abrir a fala aqui para a nossa querida secretária de Estado de Agricultura Familiar, Andreia Fujioka, que repito aqui, é um orgulho para nós tê-la aqui, viu, Andreia?

A senhora tem palavra livre, tá?

A SR.^a ANDREIA FUJIOKA – Obrigada. Orgulho para mim estar aqui, gente. Que alegria estar aqui com vocês hoje, bom dia, bom dia, gente.

Na pessoa aqui do nosso senador Wellington, cumprimento todas as autoridades, tantas autoridades e mais autoridades; na pessoa do meu querido Deputado Cattani, cumprimento todos os presentes.

Que segunda maravilhosa, né? Costumo dizer, não sei se vocês sabem, sou advogada, sou gestora governamental do Estado... Acho que vou até passar para cá um pouquinho para ficar... Gosto de ficar andando.

Sou gestora governamental do Estado, a minha carreira trabalha muito com planejamento, sabe? E acho que isso aqui é algo que tenho que parabenizar, parabenizar o Deputado pela iniciativa da audiência pública e vocês por estarem aqui.

Essa presença de vocês aqui, tantas pessoas, a maioria das pessoas interessadas estão aqui em busca do seu direito, buscando aquilo que lhe é afeto, que é seu direito, cuidando aqui da sua produção, da sua propriedade.

Este momento aqui, no planejamento, nós chamamos de elaboração da árvore de problemas *in loco*. É aqui que vamos elaborar a árvore de problemas, ouvindo quem está passando pelo problema e porque esse problema está acontecendo.

E aqui todas as pessoas envolvidas estão já para trazer a solução. Olha que interessante isso. Não adianta nós ficarmos lá em Cuiabá elaborando política pública, fazendo aquilo que nós achamos que tem que acontecer, sem estar aqui ouvindo vocês.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E a árvore de solução, também, tem que ser elaborada aqui, a árvore de solução para a nossa árvore de problema construída de forma conjunta. O Estado é um só, a solução de vocês aqui vai valer aqui também – não vai, prefeito? – e vai valer em diversos outros municípios.

Quando trabalhei na Sinfra com concessões muitos anos, durante 5 anos, foi minha maior experiência, experiência com PPP. E lá a nossa maior preocupação era a segurança jurídica dos contratos, porque vinha uma concessionária para trabalhar durante 30 anos num contrato e ela tinha que ter uma segurança jurídica.

E o que é a falha da segurança jurídica? Às vezes, ela pega uma lei aqui, daqui 2 anos, daqui 4 anos, mudou o governo, a lei é outra, aí mudou a regra, vai valer para o contrato dele, o direito que ele tinha, ele não tem mais. Então, quem é que vai querer investir naquela concessão se ele não tem uma segurança jurídica?

Quando cheguei na Seaf, a minha primeira preocupação foi a segurança jurídica dos nossos produtores rurais de pequena escala. E onde que ela está esbarrando?

A segurança jurídica deles está esbarrando exatamente no que está sendo discutido aqui, se não tem um título, se não tem um título certo, quem é que vai querer investir, né? Quem é que vai querer produzir?

E todo mundo precisa da produção de vocês. Vocês são o povo que produz com coração e alimenta esse Brasil inteiro aqui com dignidade, com muito orgulho, com muita força.

Então, é aqui que tem que ser discutido, é aqui que tem que ser elaborado, nós temos um projeto que foi elaborado junto ali, totalmente em parceria com a Assembleia Legislativa, com o Senado, que é o projeto do MT Produtivo, 550 milhões de reais que serão investidos na agricultura de pequena escala de Mato Grosso nos próximos 5 anos.

E o maior legado desse projeto para o Estado de Mato Grosso é trazer um ciclo completo de produção para ser vivenciado aqui dentro do nosso Estado.

Do que se trata esse ciclo completo? É pensar no produtor, é pensar que o produtor tem que querer ser produtor, tem que valer a pena ser produtor, tem que acabar com êxodo rural do campo, do jovem, por exemplo, que tem acontecido tanto.

O nosso projeto tem diversos parceiros, ele tem parceria com Intermat, ele tem parceria com a CGJ (CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA). Uai vocês têm parceria lá com TJ? Tem parceria com TJ. Ele tem parceria com a Sema. Ele tem parceria com a nossa Empaer.

Mas por que ele tem esse tanto de parceria? Porque, para elaborar o ciclo completo de produção, nós temos que começar lá na regularização da terra.

Então, nós vamos regularizar a terra, depois vamos fomentar a produção, depois vamos acompanhar a produção e depois o nosso núcleo de inteligência de mercado vai acompanhar a venda, aí é um ciclo completo de produção.

Nos últimos anos, o governo Mauro Mendes investiu aqui na região do Vale do Cidesa 32 milhões de reais em maquinários, em insumos, em investimentos para o desenvolvimento da agricultura de pequena escala.

E quero dizer para vocês que temos muito mais para investir, temos muito mais e vamos muito mais. Vocês estão tomando o primeiro passo aqui, por meio do nosso Deputado Cattani, do nosso senador e das diversas autoridades aqui presentes.

E vocês terão, em nome aqui do nosso governador Mauro Mendes, do nosso vice-governador Otaviano Pivetta, do nosso secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, da nossa primeira-dama, Virgínia Mendes, o apoio incondicional do Governo do Estado de Mato Grosso para o desenvolvimento de vocês.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Contem com a Seaf, contem com o Governo de Mato Grosso. Tenham um excelente evento, que Deus os abençoe e muito obrigada. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, secretária.

Não falei que ela é muito simpática e ela é especial. Até quero aqui agradecer de pronto o vice-governador Otaviano Pivetta, porque foi uma luta para trazê-la aqui.

Liguei para ele e ele prontamente nos atendeu, enviando-a aqui, não só para ver também a questão dos títulos, mas também para conhecer aqui o assentamento.

Falei, inclusive, para ela aqui da nossa piscicultura, que estava indo muito bem e depois fracassou totalmente, hoje nós temos aí um monte de piscicultor com os tanques sem produtividade.

Enfim, há um monte de coisa que podemos fazer também em nível de Estado e a secretária é nossa parceira para que possamos fazer isso, tá?

Quero aqui também... Acho que não foi agradecido o Osmar, que nós conhecemos como Mazinho, que é o presidente dos Piscicultores e Pescadores, eu o vi por aí, o Mazinho.

Não dá para vê-lo se ele estiver de lado, acho que pesa 30 quilos molhado. Aí, ó, o Mazinho lá, secretária.

A SR.^a ANDREIA FUJIOKA – Ele é o presidente da Associação dos Piscicultores?

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Ele é presidente da Associação dos Piscicultores e Pescadores. Era o Dimas, mas o Dimas passou para ele a presidência.

Já, nós vamos abrir a fala para todos falarem, mas antes nós vamos ouvir o nosso senador Wellington Fagundes.

Quero aqui, mais uma vez, repetir o que disse. É uma honra para nós termos um senador da República aqui.

Como disse o Garbin, nós precisamos que essa questão vá a nível federal. Nós sabemos, secretária, que nós, estaduais... Se fosse do Intemat, para nós era muito mais fácil, como é federal, nós precisamos de um apoio dos nossos federais.

E o senador Wellington comanda a nossa bancada, junto com a Coronel Fernanda, lá em Brasília. Então, para nós é muito importante mesmo que ele esteja aqui presente conosco.

Quero agradecer, mais uma vez, e passar a palavra ao senador Wellington Fagundes. Obrigado, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Bom dia a todos, bem alto para acabar qualquer sono aí, viu?

Quero aqui trazer para vocês todos... Podia botar esse banco um pouquinho para trás, gente, que o trem aqui está apertado, viu? Só um pouquinho para trás, está muito... Não, agora está bom, está bom.

Queria aqui trazer a minha satisfação de cumprimentar a todos, e aqui, Cattani, faço também em memória de duas pessoas. Primeiro, do meu pai, que foi um baiano que veio da Bahia para cá a pé, para Poxoréo. Poxoréo é uma cidade mãe de Rondonópolis... Tá lá o baiano.

Poxoréo é a cidade mãe de Rondonópolis, Primavera do Leste, São José do Povo, Pedra Preta. Daí nasceu, então, a região Sul.

Essa moça aqui, levanta aí, essa moça bonita, que é assessora do Cattani, é filha de Guiratinga, é outra cidade também...

(A MESA DIALOGA COMO O SR. WELLINGTON FAGUNDES.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – ...é dela, é assessora, então, da secretária, mas é nossa, nossa assessora, e ela é filha de Guiratinga, também era outra cidade ali na região Sul de Mato Grosso, para onde vieram os nordestinos em busca do diamante.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Primeiro, foi a busca do ouro, dos bandeirantes em Cuiabá; depois, os nordestinos na do diamante, e, finalmente, os sulistas com a soja, que é considerado ouro branco. Então, quero parabenizar a todos vocês.

Mas também quero falar aqui... Ontem, foi o Dia de Finados, e eu vim agora, na viagem, mostrando para a secretária aqui um vídeo que fiz para a minha família, fui ao cemitério ontem, Cattani, visitar lá os meus entes queridos.

E quero aqui fazer uma homenagem também... Primeiro, agradecer aos vereadores, porque essa avenida aqui, ó, que nós andamos aqui, a principal, vocês, os vereadores propuseram e hoje é lei, que é o nome da Raquel Cattani, a filha do Cattani (APLAUSOS), que, se estivesse viva hoje, teria 27 anos, né, Cattani?

Então, Cattani, acho que a melhor homenagem que nós podíamos fazer aqui é rezar um Pai Nosso em homenagem a todos que se foram.
(TODOS REZAM O PAI NOSSO.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Bom, quero aqui fazer com que as emoções, elas... Temos que agradecer a Deus, mas estamos aqui no momento, né, Cattani, que você nos convida aqui para esta audiência pública.

E aqui cumprimento toda a mesa em nome da nossa secretária de Agricultura Familiar, hoje o nome, muito justo... A Andreia, que tem o sobrenome do marido japonês, o Fujioka. E eu vim contando para ela, na viagem, que tenho uma funcionária que também é japonesa, filha de japonês, ela chama Tiok, ela trabalha comigo há mais de 20 anos.

E quero falar para vocês como é interessante os japoneses. Ela é filha de pai e mãe japoneses, que vieram para o Brasil e tiveram duas filhas, uma a Tiok, que trabalha comigo, aí a mãe morreu, o pai voltou para o Japão.

E lá de Hiroshima, vocês sabem, né, onde foi jogada a bomba atômica, ele anunciou no cartório que tinha uma filha brasileira e queria arrumar um casamento para a filha, e assim foi feito, um casamento por escritura pública, a nossa cartorária.

Lá do Japão, foi feita uma escritura pública aqui no Brasil e foi feito o casamento. Aí o marido ganhou um dinheirinho, o japonês, e mandou a passagem para ela ir para o Japão.

E fui lá alguns anos atrás, e ela já tinha 13 anos de casada, tinha dois filhos, ela não fala nada de japonês e ele não fala nada de português. Falei: ó, mas como funciona isso? Vocês não brigam? Ela falou: “Brigamos é muito”.

E ele, gente... Quando fui lá, ela tinha 13 anos que vivia com ele. Ele, um engenheiro, e, naquele ano, era o primeiro ano em que ele tinha o domingo de folga, trabalhava de domingo a domingo. E aí é como meu pai dizia, o baiano, trabalho não mata ninguém.

Por isso, vejo aqui... Quero fazer uma homenagem a todos vocês, trabalhadores, trabalhadoras que estão aqui na resistência de um assentamento, produzindo aquilo que é mais necessário para a vida, que é o alimento.

E aqui nós estamos no coração da produção de Mato Grosso, Cattani, você que veio para cá no começo deste assentamento, que foi em 1997, 1998.

Cumprimento a toda a mesa aqui, viu, gente? Às vezes... Até para não delongar, porque todos já foram cumprimentados, então quero aqui que todos se sintam também cumprimentados.

E aqui, então, produzir alimento, gente, hoje... E Mato Grosso é esse estado que produz alimento para o Brasil inteiro, para a família brasileira, há muitas pessoas que estão nas grandes cidades que nunca conheceram a vaca, nunca conheceram um boi, nunca viram um cavalo e, talvez,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

nunca tiveram oportunidade de ver como nasce um pé de arroz, um pé de feijão, mas nós temos aqui a obrigação de estar produzindo.

E Mato Grosso é o principal produtor que produz alimento para a cesta básica de todo o brasileiro e ainda ajudamos o Brasil, produzindo excedentes para exportar, para que o Brasil possa ter uma balança comercial positiva.

Portanto, vocês todos merecem a nossa homenagem, porque são homens e mulheres que vieram para cá, desde 1997, 1998, para acreditar na fé do trabalho, para acreditar na terra, na produção.

Vejo, aqui, a esposa do Cattani também, cumprimento em nome dela todas as mulheres aqui, em especial.

Por isso, quero lembrar aqui, Cattani, eu em 2017, 2017... Quero aqui recorrer também à minha memória. Em 2017, foi quando nós votamos a lei, que é a Lei nº 13.465, que exatamente regulamenta os assentamentos rurais do Brasil.

O Cattani convidou aqui para estar conosco também... Além da Prefeitura Municipal de Nova Mutum, e parece que não há nenhum representante, o Cattani convidou, também, o Incra para estar aqui, e me estranha que, em uma audiência pública oficial da Assembleia Legislativa, em que foram convidados a todos, não é coisa de última hora, aqui não esteja um representante do Incra.

Portanto, fica aqui o meu repúdio, Cattani, porque não pode um órgão como o Incra, que tem a responsabilidade em lei de fazer a regulamentação de todos os assentamentos, não esteja aqui para discutir na audiência aquilo que é mais importante. (APLAUSOS)

Porque todo mundo, todo pai, toda mãe que trabalha, que cria os seus filhos, quer o documento da sua propriedade.

Meu pai dizia, era isto que ele falava, “eu quero tudo documentadinho, porque, quando eu morrer, quero deixar minha família organizada”.

E sei que todos vocês aqui...

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – O senhor falou uma coisa que sempre falei a minha vida toda, todo esse pessoal que está aqui, que são assentados como eu, se eu e minha esposa morrermos hoje e nós não tivermos o título registrado, não tivermos o direito de propriedade reconhecido, os nossos filhos não são herdeiros nossos.

Mesmo o senhor falando aqui que... A Raquel praticamente nasceu aqui, chegou com 20 dias, minha família, tudo que nós temos nós botamos em cima do lote, tudo que esse povo tem colocaram, investiram em cima do lote.

Se fosse, hoje, para vender, por valor que vender, ainda assim ia sair no prejuízo de tanto que nós já investimos em cima desse pedaço de terra.

E se nós formos embora, hoje, deste chão, se porventura sofrermos um acidente, qualquer coisa, ninguém está livre disso, não serve para a herança dos nossos filhos.

E o Incra pode até dizer para o senhor lá, “não, mas serve porque é só ele requerer o lote”. Para ele requerer o lote, ele tem que voltar àquela situação de quando nós chegamos aqui, de se encaixar na tal do cliente da reforma agrária, que os nossos filhos, graças a Deus, não se encaixam.

Porque todos eles cresceram na vida e tivemos condições de, com o suor de nossa testa, dar alguma coisa para eles, porque, se dependêssemos de deixar uma herança, todos os assentados... Não é só aqui, tá, senador? Em todos os assentamentos, os assentados que não têm o direito de propriedade... Também, não têm direito os seus filhos à sua herança.

Obrigado, é só uma deixa. Desculpa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – ...então quero aqui aproveitar, Cattani, já que nós estamos aqui numa audiência oficial da Assembleia Legislativa de Mato Grosso... E agradeço

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

aqui o Lucky Marlon, esse jovem que estava aqui fazendo a apresentação, que começou também profissionalmente comigo quando criança lá em Barra do Garças, agradeço aqui também a Kellen, a Lúcia e a todos os servidores da Assembleia.

E quero pedir, aqui, para vocês que essa... Como é oficial, isso aqui está tudo sendo degradado, será produzido um documento e quero, também, que daqui saia uma carta para eu entregar para o ministro Paulo Teixeira, que foi deputado comigo, e que tem a obrigação de saber da ausência do Incra aqui. (APLAUSOS)

Então, quero que vocês façam uma carta, ofício, um documento, que, amanhã, quero me comprometer com todos vocês, vou ler essa carta lá da tribuna do Senado e vou encaminhar para o ministro. (APLAUSOS)

E quero dizer para vocês, então, como estava falando, que, em 2017, nós votamos a lei, essa lei que regulamenta, que é a base de toda, hoje, regularização fundiária do Brasil.

É essa lei nasceu de uma medida provisória e ela foi sancionada, então, em 2017, e eu, como deputado, fiz duas emendas a essa lei. Quero ler para vocês aqui, que foram as minhas contribuições diretas para a sanção dessa lei.

A primeira ajustou o conceito de pequeno produtor, garantindo que áreas de até quatro módulos fiscais fossem contempladas na regularização, respeitando assim a fração mínima de parcelamento.

Isso resultou, então, na proteção jurídica ao pequeno produtor e na inclusão de milhares de famílias que antes estavam fora do enquadramento legal.

A segunda emenda foi a emenda que determinou que, em áreas de assentamento localizadas dentro do perímetro urbano, quando houver interesse público para a expansão urbana, o Poder Público poderá solicitar as baixas das cláusulas resolutivas.

O que quer dizer isso? Isso quer dizer que facilitamos, assim, o planejamento urbano e o desenvolvimento sustentável de municípios criados a partir de assentamentos do Incra, que é uma realidade de vários municípios de Mato Grosso.

Inclusive, aqui, essa comunidade também, além de não ter o documento, a vila aqui ainda não tem o documento. E, claro, a partir dessa regularização, também os lotes urbanos poderão, então, ter o seu documento.

E, como falou aqui para mim o Cattani e foi mostrar para mim ali para nós, a 010 já asfaltada, antes era uma realidade, hoje a realidade já é outra. Um terreno aqui valia quanto e quanto vale hoje?

Fala no microfone aí, Cattani, quanto já vale um terreno aqui na vila?

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Ele não valia nada, né, pessoal, mas agora já está valendo aí os seus 40 mil, 50 mil, até mais.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – 40 mil, 50 mil, mas não tem documento, na hora que tiver documento, com certeza vai valer mais e, com certeza, vai atrair mais pessoas, para promover o desenvolvimento, olha que coisa maravilhosa.

Passamos ali, a escola está sendo ampliada, porque há mais crianças, e olha, gente, uma criança numa escola, numa creche, custa sete vezes menos para o Estado brasileiro do que uma pessoa na cadeia.

Então, uma criança bem cuidada... Dificilmente, uma criança que teve uma alimentação, que teve a família cuidando, vai ser desviada na vida.

O mundo, hoje, está muito difícil, mas com certeza também, Cattani, uma família na zona rural custa socialmente 20 vezes menos do que uma família na cidade, porque na cidade o

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Poder Público tem que pagar tudo, polícia e, assim, tanta coisa a mais, enquanto quem está aqui, em vez de pagar imposto, tinha que receber um subsídio, Cattani.

Na França, uma família que tem uma vaca leiteira recebe 1.000 dólares por ano por cada vaca que ela mantém no pasto, porque isso representa segurança alimentar para o país. E, aqui, nós estamos falando aquilo que todo mundo discute, que é exatamente segurança alimentar.

Segurança alimentar é produzir alimento, principalmente para quem está nas grandes cidades, nos grandes conglomerados.

Quero ainda dizer que, então, essas duas emendas que fiz representaram o fim da burocracia e do medo de perder a terra conquistada com muito trabalho. E essa lei, então... Quero aqui ler exatamente o que diz a lei.

Primeiro, a lei trouxe a gratuidade, a gratuidade. Hoje, no Brasil, todo o assentamento do Incra tem que ser gratuito, não tem que pagar nenhuma taxa, a cartorária já me confirmou aqui.

Então, essa lei, que nós votamos e que discutimos muito no Congresso, permitiu exatamente que todos os assentamentos... E, ao vocês receberem os documentos, vocês receberão uma escritura registrada no cartório e não terão que pagar nada. Isso é uma lei que eu, como deputado, lá estive, junto com outros tantos, votando e aprovando.

Por isso, Cattani, quero aqui dizer da importância que representa esta audiência pública, porque esta audiência pública vem exatamente para discutir o assentamento aqui do Marape, Marapé, alguns falam Marape, outros falam Marapé, porque está escrito com um assento, Marapé, mas é Marape, né, Marape.

Além dele, está aqui... Nós vamos discutir com vocês, vocês poderão fazer outras perguntas de outra situação.

E, agora, também nós estamos com uma proposta lá no Congresso Nacional, ela inicialmente foi proposta pelo deputado de Santa Catarina, do chapeuzão bem alto...

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Zé Trovão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – ...o Zé Trovão.

O Zé Trovão apresentou um projeto de lei que estou replicando no Senado, é uma cópia do projeto dele, que é exatamente para que, também, na zona rural possa ter loteamentos de até 5.000 metros quadrados.

Sabe por que isso, Cattani? Porque vem o asfalto, vem o desenvolvimento e ali é zona rural. Se o município quiser dividir, fazer uma vila rural, hoje não pode. Por isso, que nós estamos lá lutando para aprovar.

Porque, ao longo do asfalto, normalmente, há energia elétrica, há muito mais facilidade de você fazer uma reforma agrária de paz e não de invasão, não de ter que gastar dinheiro com MST para trazer guerra ao campo.

O que vocês querem é paz no campo, é poder produzir, é ter o vizinho... Como aqui o Cattani me apresentou, um fazendeiro, cadê ele, está aí, Cattani? Régis, vem cá, Régis, vem aqui na frente também, porque você representa aqui um produtor importante.

E ele me falava que ele é conselheiro da empresa em que ele trabalhou por muitos anos, o Régis, está aí, está chegando aqui, ele vai se sentar conosco, porque o dele é um bom exemplo também. Ele veio para cá, não tinha nada – senta-se aí, Régis –, trabalhava também de peão, como meu pai trabalhou, como muitos de vocês trabalharam e trabalham.

E, hoje, ele tem uma área de quase 2.000 hectares e trabalha... Não trabalha mais na empresa, mas é conselheiro da empresa em que ele trabalhou e ele disse aqui, com muita honra.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Ele tem... São dois filhos, dois filhos, né? Um adotivo, que, inclusive, arrendou uma terra... Na onde? Pontes e Lacerda, eles arrendaram, o filho dele mais velho, adotivo, está lá tocando esse arrendamento, e o segundo filho está fazendo agronomia e ele disse que vai voltar para cá para ajudá-lo, ajudar o pai, como ele disse, isso é a história, gente, desse Brasil que dá certo.

Fui agora, à Europa, no ano passado, com a Aprosoja. Não sei se vocês conhecem bem um problema que nós estamos vivendo no Brasil, que é a moratória da soja e da carne.

O que é a moratória da soja? A moratória da soja é um acordo que foi feito entre os grandes, os grandiosos para impor lei para nós que vivemos aqui, em Mato Grosso.

E eles querem... Esse acordo dessas grandes empresas, desses grandes empresários é para impor para o pequeno regras que a lei brasileira não diz, e eles fizeram esse grande acordo internacional, porque recebem subsídios lá da Europa para vir impor aqui em nós.

E, agora, nós entramos na Justiça, entramos no CAD e conseguimos já, por unanimidade no CAD... E aí o Cattani esteve lá comigo em várias audiências no Supremo Tribunal Federal, e eu trago uma boa notícia.

Na semana passada, nós conseguimos maioria no Supremo Tribunal Federal e, a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem, acabou, Régis, essa história de moratória da soja (APLAUSOS) e ainda nós entramos na Justiça e, na ação, eles vão ter que devolver mais de 1 bilhão para quem sofreu os prejuízos da moratória da soja. (APLAUSOS)

Por isso, Cattani, quero aqui, nesta audiência pública, que está sendo transmitida pela televisão e pela Rádio Câmara, pedir, também, para vocês produzirem uma matéria para a TV e Rádio Senado, porque há uma parceria da TV Assembleia e da Rádio Assembleia com a TV Senado e a Rádio Senado.

Lucky Marlon, você que é competente, queria que você produzisse essa matéria junto com toda a equipe.

É importante, gente, que mostremos isso para o Brasil e para o mundo que não conhece, Cattani, a realidade de quem está aqui.

E lá, na Europa, sabe o que eles disseram para nós quando nós falamos o seguinte: “Olha, mas vocês querem exigir aquilo que nós fizemos legalmente pela lei brasileira”, e eles tiveram a desfaçatez de falar na nossa cara que a lei brasileira não interessa para eles.

Eu disse que nós temos o Código Florestal brasileiro, que é, com certeza, Cattani, a lei mais rígida ambientalmente do mundo.

Aqui, nós fazemos o dever de casa. Aqui... Eles confundem, acham que Mato Grosso é tudo Floresta Amazônica. Eles não sabem que, aqui, temos o Cerrado, que aqui nós temos o Pantanal, que estava abandonado.

Aqui, a secretária sabe, foram queimados quase 4 milhões de hectares, há 4 anos, do Pantanal. O Pantanal ardeu em chamas. Sabe por quê? Porque resolveram tirar aquilo que era mais importante para o equilíbrio do Pantanal, que é a pecuária, o gado.

Resolveram fazer grandes reservas e aí tiraram os fazendeiros, pequeno sitiante, praticamente querendo matar a cultura do povo pantaneiro, e isso nós não podemos aceitar, porque isso faz parte da nossa história, gente.

Como disse, a Mato Grosso, primeiro, vieram os Bandeirantes na busca do ouro, depois vieram os nordestinos na busca do diamante e, depois, os sulistas na da soja, o ouro branco, mais nada. Antes disso vieram os povos originários.

Aqui, em Mato Grosso, uma mulher negra, que, hoje, pode-se falar preta, essa mulher tomou Vila Bela da Santíssima Trindade como reinado e reinou por 40 anos, Tereza de Benguela. Isso é a força da mulher brasileira, da nossa raiz, isso é a nossa força.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E eles lá não sabem disso, que Mato Grosso tem, então, o Cerrado, tem o Pantanal, e eu fiz o Estatuto do Pantanal, que, agora, conseguimos aprovar por unanimidade no Senado, aprovado na Câmara, já sancionado e, hoje, é lei.

Portanto, agora, o Pantanal Mato-Grossense, também, tem lei e o Cattani foi, também, um dos responsáveis para fazer a lei estadual do nosso Pantanal, para proteger a maior área alagada do mundo, que é muito importante para o nosso meio ambiente, para isso aí, ó, para termos equilíbrio da chuva.

E aqui, dentro deste assentamento, estão previstos quantos mil hectares? Mais de 10 mil hectares de reserva.

Como disse aqui a cartorária, cada um de vocês que têm o seu lote, vocês também terão um pedacinho dessa reserva documentado, que é importante para, amanhã, se esse povo lá de fora vir querer dizer que vocês estão plantando no sítio de vocês e vocês não podem vender, porque vocês não têm reserva ambiental... Isso está previsto na lei.

Por isso, Cattani, quero aqui parabenizá-lo. Poderia falar muito mais aqui, nesta audiência pública, porque temos muito mais para falar.

Só quero encerrar aqui, Cattani... Não tem nada a ver, mas tem a ver com aquilo que nós estamos vivendo em Brasília, a pouca vergonha desse governo que botou malandros para roubar dos nossos velhinhos e velhinhas aposentadas.

Inclusive, Cattani, dos rurais, pessoas que estão aqui trabalhando de sol a chuva, na lama, na poeira, para criar os seus filhos, pagou a Previdência, a pessoa se aposenta... E, agora, estão roubando, sabe quanto, Cattani? Já chegamos aos dados lá, vai chegar a mais de 7 bilhões tirados dos idosos, dos velhinhos e das velhinhas.

E sabe o que o governo quer fazer, esse governo aí? Quer pagar com dinheiro da própria Previdência, restituir os aposentados que foram roubados. Sabe o que representa isso? A possibilidade da nossa Previdência quebrar no futuro, e nós não vamos aceitar, não podemos aceitar isso.

Mas tem mais, gente, junto com a CPMI que está agora, hoje, toda terça-feira, Cattani, sou líder do Bloco Vanguarda, que é o PL e o Novo... E, toda terça-feira, nós nos reunimos, hoje não, amanhã, toda terça-feira, hoje é segunda, hoje ainda vou estar em São Paulo, ainda vou sair daqui, vou a São Paulo, onde vou receber uma condecoração.

E amanhã, toda terça-feira, nós nos reunimos, meio-dia, com todos os senadores da Oposição e toda terça-feira, pela manhã, nós temos uma reunião exatamente para discutir o que vai ser a semana em relação à CPMI.

E essa CPMI da safadeza também nós já estamos investigando, e eu, na condição de líder, porque eu que indico os membros da CPMI do meu bloco, do PL e do Novo, nós já estamos chegando também a outro escândalo muito maior, gente, que é o tal do consignado.

E o roubo do consignado, Cattani, pode chegar a 80 bilhões de reais. E o pior, também com envolvimento do sistema financeiro, dos bancos brasileiros. E isso pode desorganizar o nosso sistema financeiro, mas antes tarde do que nunca.

É melhor nós fazermos a CPMI, apurar... Vocês já viram falar do careca do INSS? Só esse homem, gente... Inclusive, foi lá na CPMI e ficou lá até dando risada da nossa cara. Por uma liminar da Justiça, não tinha obrigação de responder as perguntas que são feitas.

Olha, o homem comprou lancha, comprou avião, comprou casa e é coisa de fortuna, gente, desviado dos aposentados, e assim há muita gente lá.

O irmão do presidente da República é presidente de um sindicato que foi o sindicato que mais desviou dos aposentados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Nós temos que passar este País a limpo, por isso que estou falando aqui, porque vejo muitos idosos aqui. Queria que levantasse a mão quem é aposentado aqui, levanta a mão, é bom vocês fotografarem, levante, gente, para mostrar as imagens, levante a mão aí, ó, quem é aposentado, mostra na televisão.

Provavelmente, muitos de vocês foram roubados, essa senhora aqui, ó, levanta aí, vem cá, vem cá, quero pegar o nome da senhora, vem cá, vem cá, vem cá. É importante, porque esta audiência aqui, gente, está sendo transmitida pela TV Assembleia.

Fala, aqui, o nome da senhora.

A SR.^a MARIA ELAINE FRANÇA – Maria Elaine França.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Mais uma vez.

A SR.^a MARIA ELAINE FRANÇA – Maria Elaine França.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Quantos anos a senhora tem?

A SR.^a MARIA ELAINE FRANÇA – Mês que vem, agora, dia 7, 70.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Agora, dia 7, vai fazer 70 anos.

Você também? Dessa aqui, foi roubada a aposentadoria dela, tiraram o dinheiro da conta da aposentadoria dela. É verdade? É isso mesmo?

A SR.^a MARIA ELAINE FRANÇA – É verdade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – A senhora já sabe quanto foi?

A SR.^a MARIA ELAINE FRANÇA – Não foi muito, mas, quando eu abri os olhos, vi setecentos e pouco.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Setecentos reais, multipliquem para vocês verem quantos bilhões vão dar.

Como é o nome do senhor?

O SR. ANÍBAL RAFAEL FIGUEIRA – Aníbal Rafael Figueira.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Quantos anos o senhor tem?

O SR. ANÍBAL RAFAEL FIGUEIRA – 73.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – 73 anos, também tomaram o dinheiro da sua aposentadoria.

O SR. ANÍBAL RAFAEL FIGUEIRA – Foram mais de 200 reais por mês embora.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Olha, 200 por vários meses.

Isso aí, gente. Muito obrigado a vocês. Este testemunho é importante.

Muito obrigado.

O SR. ANÍBAL RAFAEL FIGUEIRA – Vai fazer 25 anos, dia 20 de fevereiro, que estou dentro do assentamento, Cattani me conhece muito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – 25 anos que ele está aqui assentado e não tem documento até hoje, gente.

Ah, mais um aqui.

O SR. BAIANINHO – Quantos empréstimos no meu nome, sem eu saber, oito. Fui ao INSS descobrir, oito empréstimos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Oito tomado. Isso aí é do consignado que ele está falando. É empréstimos que fizeram no nome dele, e ele não sabe disso, e está devendo porque é o CPF dele, o nome dele que está lá na dívida, isso é o que pode chegar a 80 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – É baiano também, é o Baianinho.

O SR. BAIANINHO – Fui lá, ao INSS, fui lá, a Mutum, e descobri oito empréstimos sem eu saber.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Ele não sabe nem quanto, sabe?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

O SR. BAIANINHO – Não sei.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Oito empréstimos na conta dele, no CPF dele, sem ele saber. Isso é o que nós estamos vivendo no Brasil.

Vem cá, o senhor é aposentado? É, porque ele falou que foi ao INSS, né?

Então, Cattani, é isso que nós estamos vivendo.

Por isso, gente, que nós temos que fazer uma consciência dos brasileiros, saber esse momento que estamos vivendo.

Aqui, é uma audiência pública, aqui nós não estamos para pedir voto, mas, no ano que vem, terá eleições, e sabe como que vai corrigir isso? É cada brasileiro, cada brasileira sabendo votar direito, sabendo a vida de cada político que se apresentar.

E o político... Tenho dito, gente, quem recebeu o voto é uma confiança que o leitor deposita naquele cidadão ou cidadã. E a melhor forma que temos para retribuir essa confiança é o trabalho. É o que estamos fazendo aqui, Cattani, você cumprindo o seu papel como Deputado, eu cumprindo o meu papel como senador, a secretária cumprindo o papel dela como secretária.

Aqui, está a funcionária da Empaer, está aqui a cartorária, estão aqui os vereadores, está aqui o prefeito em exercício aqui da cidade vizinha. Também, pega o município? Pega, também, o assentamento ou não?

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Mas está aqui nos prestigiando o prefeito de São José do Rio Claro.

Então, quero aqui, gente, agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui hoje.

Anteontem, nós estávamos lá em Sorriso, veio aqui a primeira-dama Michele Bolsonaro... Que está preso, está preso na cadeia, não pode nem falar com o filho dele por telefone, não tem nenhuma denúncia de roubo no governo Bolsonaro.

Olha, o homem depois daquela facada, quantas cirurgias ele já fez. Agora, na última cirurgia dele, foram 12 horas de cirurgia.

E, conforme falei lá, Cattani, só eu sei, porque estava com ele agora, em julho... Depois de uma cirurgia de 12 horas, esse homem saiu às ruas, mesmo contra a orientação médica.

Ele acabou de sair de um culto lá em Brasília com a esposa e chegou lá no partido. Na hora que ele foi subir a escada, ele estava desfalecendo. Eu presenciei isso, e é isso, Cattani, que estamos vivendo.

Então, no ano que vem, vocês terão a arma que é o voto.

Mas assim como o presidente Bolsonaro, lá está presa uma mulher que usou como arma um batom apenas, escreveu numa estátua lá, reproduziu uma frase do ministro. No outro dia, lavaram a estátua com água e sabão, perfeita.

Essa mulher está presa, condenada a 14 anos de prisão. E, por isso, Cattani, estou falando, e falo, e repito, está faltando Deus no coração de muitos julgadores neste País, não é possível!

E você sabe o que acontece, gente? Essa mulher, que era uma cabeleireira, que tem, parece, três filhos, que sustentava os filhos dela, na cadeia, vai custar sete vezes mais do que uma criança na creche e ainda o Estado terá que sustentar os filhos dela.

E quem vai pagar é você, trabalhador, é o dinheiro do seu bolso, do imposto que você paga, que poderia estar sendo investido em melhor saúde, em melhor transporte escolar, em melhor atendimento do Estado, dos municípios que recebem, mas não botar gente de bem ou do bem na cadeia, 14 anos, isso não pode.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Então, encerro aqui, Cattani, me colocando à disposição. Espero que esta audiência seja mais uma audiência de oportunidades para mostrar para os grandiosos, sejam de Cuiabá, sejam de Brasília e até do mundo...

Porque, hoje, está tudo na internet. A TV Senado está na internet. Lá do Japão, os parentes do marido dela podem estar assistindo, o mundo inteiro.

É este poder, é esta força que, hoje, todos nós temos à mão também, que é o celular, que é a força de falar, mas não, querem calar, querem acabar com a democracia, o direito de ir e vir, de as pessoas poderem falar, e nós não podemos aceitar.

Muito obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, senador Wellington Fagundes.

Realmente, é muito importante as suas colocações aqui.

Quero já deixar registrado, aqui, que o pessoal tem anotado o seu pedido. Nós vamos fazer o que o senhor pediu para nós fazermos como Assembleia Legislativa para dar andamento nisso aqui.

E quero agradecer também... Aqui, nós temos sete pessoas ainda para falar da plateia, que se inscreveram. Nós vamos cronometrar 5 minutos para cada um, mesmo assim vai dar mais de meia hora, então peço a todos que sejam diretos para poder falar.

Nós vamos passar, a pedido do meu amigo Garbin, para a senhora Jackeline de Souza, que é secretária de Agricultura e Meio Ambiente de São José do Rio Claro, para falar primeiro. Se puder vir aqui à frente, para que a câmera pegue a senhora falando, eu agradeço muito.

E, antes de a senhora se pronunciar também, quero aqui fazer um agradecimento muito importante ao Dione Castro, que é analista da questão fundiária da Famato. Obrigado, Dione.

Nós estivemos já conversando também, já foram convidados também pelo deputado Medeiros para a próxima audiência em nível nacional.

E quero agradecer aqui, em seu nome, a toda a direção da Famato e dizer que nós reconhecemos em vocês uma base forte de sustentação para a agricultura, viu, meu amigo, muito obrigado por sua presença.

Então, com a palavra a secretária de São José do Rio Claro. Obrigado.

A SR.^a JACKELINE DE SOUZA – Bom dia, bom dia a todos.

Primeiramente, gostaria de agradecer pelo convite, por ter nos convidados para participar, hoje, aqui, desta audiência pública. Agradecer e parabenizar o Deputado Gilberto Cattani por essa iniciativa.

É com uma imensa tristeza que vou falar aqui hoje, sei que todos já citaram a falta do Incra, de algum representante do Incra aqui, que o senador possa levar as reivindicações dos nossos municípios, dos nossos produtores, porque... Assim, a morosidade do Incra... Continua na mesma lentidão de sempre.

Nós, enquanto do município de São José do Rio Claro... Eu assumi a secretaria em março do ano passado e, desde lá, nós temos feito reuniões, temos ido a Brasília, temos buscado pessoas para nos ajudar, a equipe do cartório local também. E nada se resolve.

Lá, Deputado, o nosso problema maior dos dois assentamentos é com relação ao impasse judicial que existe nos dois assentamentos por parte do espólio. Assim, enquanto os juízes não deferir que se separe o que é direito dos assentados... Nós temos assentamento com 25 anos e 26 anos lá.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Dos produtores que estão lá, nos dois assentamentos, nós já temos mais de 70% regulares, com CCU, há um assentamento que já está quase, praticamente todo ele, já homologado, siprado, como todos dizem aqui, e esse empasse judicial tem dificultado.

Em nossa última ida a Brasília, agora, no mês passado, nós conversamos lá e alinhamos que iríamos entrar com representantes das associações dos municípios para representar os assentados dentro do processo judicial.

Nós dependemos que, desta audiência, saia algum documento para que nós possamos fazer com que a lei, de fato, seja aplicada e que os nossos assentados tenham autonomia e direito ao título.

Porque, assim, para nós lá... Nós já temos os assentados que já estão certos, regulares, temos alguns que ainda estão com pendência de documentação, mas, assim, a parte do Governo Municipal, a parte das associações, dos assentados têm ocorrido.

Nós temos um servidor que a Prefeitura de São José paga desde o ano passado. A Prefeitura de São José paga um servidor para ficar lá no Incra. E, assim, por várias vezes... Nós sabemos que, da nossa região aqui, só o José Ricardo, ali, não vai dar conta.

Agora, o que eles estão querendo é tirar essa... Eu não sei, né, como teve também o assunto, aqui, de que iam cancelar os títulos, que iriam cancelar as visitas do Radis de 2022, que elas não seriam mais válidas para poder tramitar o processo de titulação, teriam que fazer outras vistorias.

Gente, se formos esperar outra vistoria em todo o Estado de Mato Grosso... Vamos falar, aqui, da nossa região, para o Incra fazer vistoria nos 26 municípios da nossa região aqui, com um servidor somente efetivo que temos ali e algumas prefeituras pagando outros servidores, que é o caso de São José, nós não vamos sair do lugar, nós não vamos resolver a vida, vai entrar gestão, vai sair gestão e nós vamos continuar patinando.

Então, assim, a nossa indagação aqui, hoje, Deputado, é que a Assembleia, depois desta audiência, consiga somar esforços, que o senhor tenha outros Deputados que tomem, assim, essa iniciativa como prioridade.

Porque, hoje, a regularização fundiária no nosso Estado de Mato Grosso está cada vez com o passo mais lento, parece que damos um passo para frente e voltamos 10 para trás.

É isso que estou vendo ali nesse um ano e pouco que estou à frente do município de São José do Rio Claro. Antes de vir para São José, estava secretária no município de Nortelândia, lá nós conseguimos titular os dois municípios (*sic*) grandes também que tinham lá, só que, assim, não tinha esse entrave judicial.

Se o Incra conseguir liberar com que os cartórios possam abrir outra matrícula para essa titulação seguir num viés e a parte judicial ali... Que é financeira, que é do órgão, não cabe ao assentado que está lá hoje.

Aí, ó, já acabou meu tempo, né (RISOS), vou terminar.

Se conseguirmos com que a lei seja executada e seja de fato aplicada nesse caso, nós conseguiremos resolver a situação dos municípios do Estado de Mato Grosso e, principalmente, ali do município de São José do Rio Claro, tá?

Quero agradecer. Obrigada. Desculpa por ter excedido o tempo. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, secretária, é muito importante a sua fala.

O próximo inscrito a falar é o Alex Sandro, que é técnico da Bioflora de São José do Rio Claro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Enquanto o Alex se posiciona aqui, quero dizer, secretária, que, quando aqui... Quem é daqui do Pontal do Marape lembra, nós tínhamos um barraquinho, mais ou menos, por aqui, onde era a associação, que, agora, não tem mais.

E, quando o Incra veio para podermos pegar a nossa carta de ocupação, todos nós assinamos um contrato, quem era daquela época lembra, nós fizemos uma fila grande, todos nós assinamos um contrato com o Incra.

E é direito do assentado ter o contrato e direito do Incra também, ali estão todas as nossas obrigações, as nossas e as que o Incra tem que cumprir.

E esse contrato é baseado no Estatuto da Terra e na Lei da Reforma Agrária, que é da década de 60, e nesse contrato, na cláusula quarta desse contrato, eu só consegui o contrato... Todo mundo aqui assinou, mas ninguém tem, porque são tão covardes que não deixam conosco o contrato.

Se nós o tivéssemos, nós tínhamos o executado na época certa, então nem temos o contrato.

Mas, se você tiver acesso a um contrato, na cláusula quarta desse contrato diz que nós temos que cumprir as nossas obrigações e que, num prazo de 10 anos, o Incra tem que nos titular, entendeu.

Mas é de dúvida entendimento, porque diz que até o 10º ano você não pode comercializar e não tem o direito de propriedade, mas a partir do 10º você teria, então obrigatoriamente o Incra deveria ter dado esse documento.

E todos os assentamentos que nós estamos falando, aqui, têm mais de 20 anos, quase 30 ou mais de 30. Então, o direito do assentado foi tirado desde sempre, e é o que a senhora falou, simplesmente por quê? Porque não se cumpre a lei.

Lucas do Rio Verde é um assentamento que nem este assentamento aqui, a mesma coisa, que nem o assentamento lá do Davi, que nem o assentamento do Itanhangá, até muitos de Lucas foram para o Itanhangá.

Eu vim para cá, porque vi Lucas se desenvolver e vi Lucas virar uma cidade grande e eu vim aqui, assinei um contrato com o Estado, e eu tinha total direito de ter o meu título de propriedade, como as pessoas de Lucas tiveram.

A diferença nossa para Lucas do Rio Verde é que eles tiveram o seu direito reconhecido. Com o seu direito de propriedade, você consegue crescer, a vila consegue virar uma cidade, enfim, tudo vai bem.

Agora, o que aconteceu foi que eles retiraram de nós esse direito básico que é o direito de propriedade, a senhora está coberta de razão.

Só queria pegar esse gancho dessa fala. Muito obrigado.

Alex, com a palavra. (APLAUSOS)

O SR. ALEX SANDRO DE SOUZA – Bom, pessoal, bom dia. Meu nome é Alex.

Agradeço aqui o Deputado Cattani e os demais por virem buscar as reivindicações, aqui, para solucionar o problema de todos, que são os documentos que nos garantem a dignidade de ser donos do que estamos em cima, que é a terra.

Sou representante técnico lá em São José do Rio Claro, fizemos alguns trabalhos já da regularização de assentamento, Diamantino, São José do Rio Claro, Brasnorte, Cotriguaçu, Alta Floresta e vários outros municípios.

E comunicar aqui a situação, primeiramente, do P.A. Santana d'Água Limpa e do P.A. Campinas, em que há esse processo judicial entre o Incra e o espólio da família que era os proprietários do (ININTELIGÍVEL).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Comunicar a secretária, a quem estou vendo hoje, e avisar que ela nunca me convidou para participar em ajudar a secretaria ou o município. Algumas reuniões foram feitas da parte dela e alguns outros, e eu nunca fui convidado, sabendo que faço parte da regularização do assentamento.

Junto com o assentamento ali do Santana d'Água Limpa, sou representante também do espólio, que é o que facilitou a certificação do georreferenciamento, o desmembramento de todos os lotes, já para proporcionar a titulação.

Porque o título vai vir com as bases da certificação do georreferenciamento, com seus perímetros, delimitação, confinantes e um tamanho da área correta para que a emissão do título e, posteriormente, a emissão da matrícula sejam corretas e não tenham que ser retificadas.

E até comunicar o Cattani que os advogados do espólio sempre estiveram à disposição, junto com os parceiros do assentamento, ou com qualquer outra atividade ou associação que tenha interesse em ajudar de eles virem, sentarem e tentar arrumar um acordo entre as partes.

A maior dificuldade, hoje, do nosso assentamento lá, Cattani, tanto do P.A. Campinas e do Santana d'Água Limpa, é que houve o processo de desapropriação, foram averbados nas matrículas, e o Incra, há 20 anos, deu um pagamento irrisório, foram custeados, se não me engano, 20% e, hoje, ele só paga aquele valor de 20 anos, 25 anos atrás.

E o espólio briga, hoje, pelo reajuste desse valor, pela correção monetária. Já houve a tentativa, igual você vinha falando, de desvincular o processo da briga, ali, entre o Incra e o espólio e liberar a titulação do pessoal, que é distinto um processo do outro.

A titulação é o direito dos assentados e a parte da briga de receber ou não é do espólio e do Incra. Então, o Incra está no meio ali, de um lado ele teria que estar brigando e do outro lado ele teria que estar titulando.

Mas é um processo, hoje, que depende muito da procuradoria, acho, dos procuradores, tanto do Incra, em deferir... Toda vez que está finalizando para resolver, eles vêm novamente com um indeferimento lá, que não dá, que não pode, aí isso volta, aí leva lá mais 6 meses, um ano para resolver.

A situação nossa lá também do P.A. Campinas é o seguinte, parte das matrículas do P.A. Campinas já está em nome do Incra, a outra parte está em nome do espólio.

Quando o técnico que foi fazer a regularização do P.A. Campinas, ele não teve, talvez, assim, a sensibilidade de apartar as matrículas que já estavam no nome do Incra para ter os seus lotes já definidos dentro desse perímetro das matrículas que não estavam em nome do Incra, que estavam no nome do espólio.

O que ele procedeu? Ele certificou tudo junto. Aí, hoje, há parte do lote, se for fazer a emissão, que vai ficar numa matrícula que está em nome do Incra e parte do lote numa matrícula que está em nome do espólio ainda, então gera uma confusão generalizada.

O P.A. Campinas, hoje, parte dele pode ser homologada e receber os títulos a partir do momento que a certificação georreferenciada seja retificada. Igual o caso, semelhante aqui, hoje, do Pontal do Marape referente à área de reserva, que parte é Lucas do Rio Verde e parte aqui de Nova Mutum.

Então, são coisas práticas, técnicas, que resolvem muito a parte jurídica, até a parte registral futuramente.

Então, Cattani, Deputado, e os demais, a ajuda seria vir dali uma forma de acordar junto com o espólio do José Cesário de Castilho, junto com o Incra para chegar a uma decisão ali de quanto que vai ser pago, quanto que vai ser corrigido.

O que teria para falar, explicar, mais ou menos, seria essa situação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

(O SR. WELLINGTON FAGUNDES ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (WELLINGTON FAGUNDES) – Ok, a presidência agradece.

E, agora, vamos passar para o próximo inscrito, o Régis Parozzi ou Parozzo? Parazzi, aqui está escrito errado então, produtor rural do Pontal da Maria do Marape.

O SR. RÉGIS PORAZZI – Bom dia a todos.

Sou vizinho de vocês, e trabalhamos junto com o Cattani para... A ideia seria antever os problemas.

Pessoal, isso que aconteceu, que era um boato, que, possivelmente, vocês não iam perder o título, que era só um boato... Corrige-me, Chicão... Chicão aqui lá do Itanhangá, o pampeiro... Desculpa a minha forma de me expressar, é uma forma agro.

Mas o pampeiro que aconteceu lá no Itanhangá ano passado também era um boato e foi deixando o boato se tornar realidade e quase desapropriaram propriedades lá.

Agradeço o Cattani pela sua iniciativa, pela sua coragem, por estar presente *pari passo* com a nossa comunidade, que, por um boato, ele anteviu e já cortou o boato.

Porque esse estilo de gestão que existe, hoje, no nosso País, quando existe um boato... Existe uma fogueira, existe uma fumaça e, nessa fumaça, há fogo por baixo, se nós não tomarmos uma atitude, ela queima nós e nos tira do ambiente que nós habitamos.

Então, meus parabéns, meus parabéns, Cattani, pela tua iniciativa.

Pessoal, quem está assistindo televisão está ouvindo os boatos, o pampeiro que está acontecendo em Rondônia e aconteceu no Pará, que o Ibama está lá... Um absurdo, o pessoal há 50 anos lá titulado pelo Inera.

Tu estas me ouvindo, nobre senador? O senhor está me ouvindo? Que absurdo o que eles estão fazendo com aqueles produtores rurais, penso, poderia ser vocês, os caras chegarem lá e cortar com motosserra as suas propriedades e expulsar, expulsar e mandar na rua para vocês saírem na MT-010 aqui e buscar outro espaço na vida de vocês, já velhos, que passaram a vida inteira se dedicando e produzindo alimento para um país.

Lá, também, houve um boato, lá também tinha um braseiro e ninguém tomou atitude, não teve um deputado que nem o Cattani que pudesse antever um problema, nós cortemos o mal pela raiz.

E vou dizer uma coisa para vocês, aqui, aqui em Mato Grosso existe um projeto para impedir o plantio de soja nas áreas de amortecimento, você sabe o que é a área de amortecimento? É todo o Vale do Guaporé e o Vale do Araguaia, 2 milhões de hectares de terra.

Aí, eles já não satisfeito com isso... E são ONGs internacionais infiltrados dentro do nosso País querendo dar regras, assim como o nosso senador falou sobre a moratória da soja, onde é que já que se viu o absurdo de uma entidade querer transpassar a Lei Magna nossa e criar uma lei para impedir nós plantarmos soja.

Isso é o ápice do nosso comodismo, que nós não levantamos e não nos revoltamos contra isso. Quem levantou essa bandeira foram a Aprosoja e o nosso amigo e Deputado Gilberto Cattani.

Eles querem tirar, pessoal, mais de 1 milhão de área agricultável para dar para tribos indígenas, Primavera do Leste, Campo Verde, Nova Maringá, todo o Vale do Xingu com problema sério, pode chegar a 2 milhões de hectares.

Aí, se eles não estivessem, se não estivessem contentes, eles querem tirar todas as áreas embargadas do nosso Estado. Áreas embargadas, qual é a diferença de áreas embargadas e não embargadas? Porque quero aportar mais 2 milhões de hectares.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E aí, pessoal, não parou por aí, existem em Sorriso, Lucas do Rio Verde e Mutum, algumas áreas envareadas há mais de 15 anos, e essas áreas também estão na ótica de se impedir o plantio da soja.

Ainda, tudo isso é mera conversinha, mera fumacinha, é só boatos, boatos, se nós não acionar a nossa bancada ruralista, pode que o Brasil vire uma Venezuela ou vira um... Pessoal, onde há boato, há intenção de um governo que não tem intenção de investir em quem produz.

Nós temos uma ideia, nós produzimos, e esse outro tipo de gestão quer viver da produção nossa.

Um homem de direita pensa assim, quando ele é criança, “vou crescer e vou trabalhar para ser que nem meu patrão, ser que nem meu pai”. Um de esquerda pensa: “Não, não, não, não, não, quando crescer, tomo o patrimônio dele”. E é a forma que é colocada na cabeça das pessoas.

Pessoal, tenho um amigo meu que está plantando, que é da colônia russa aqui de Primavera do Leste. Peço perdão que vou me exceder um pouquinho, mas o assunto é importante. Ele está começando a plantar na Rússia.

A Rússia está começando a plantar soja, um lugar extremamente comunista. A Rússia nunca vai ser um país rico, porque a população tem essas ideologias na cabeça, que nós estamos observando agora, de não trabalhar, de achar que não precisa trabalhar para crescer na vida.

E, lá, a grande limitação, o jovem, que não consegue entrar no exército na Rússia, que ganha um salário miserável, passa fome e vira um mendigo para o resto da vida.

Quando eles compram uma caminhoneta lá... Porque eles estão começando a lavoura, e o agronegócio impulsiona e produz dinheiro e faz as pessoas ficarem ricas, sim.

Quando eles compram uma caminhoneta, a seguradora os obriga a colocar uma câmera na caminhoneta, porque os jovens se atiram na frente da caminhoneta para pegar a indenização.

E a indenização lá, também, é que nem aqui, às vezes, às vezes, juízes com mentalidades não progressista (*sic*) e faz com que os caras tenham que sustentar pelo resto da vida o cara que ele supostamente atropelou.

Só quero falar, pessoal, não quero me estender, mas quero que vocês mentalizem que existe uma pressão internacional para impedir o nosso desenvolvimento.

Vocês lembram o que aconteceu em Caxias, lá em Caxias do Sul com aqueles pequenos produtores lá, que foram processados por trabalho escravo, que trabalho escravo coisa nenhuma, aquilo foi uma estratégia para impedir o desenvolvimento do vinho, para não competir com a França, pessoal.

Pessoal, nós precisamos estar unidos, porque eles não querem saber que nós produzimos.

E aí peço o seguinte, se o teu vizinho do lado não está aqui, hoje de tarde ou amanhã, tu ligas para ele e pedes: “Por que tu não vieste? O que aconteceu que tu não vieste em uma atitude tão importante num negócio tão fundamental que nós temos aqui”.

E se o Cattani não tivesse se mexido, e se daqui 30 dias estivesse aqui a Força Nacional tirando alguns produtores daqui... Pessoal, isso é sério. Não estou aqui fazendo alarde, mas nós temos que trabalhar junto com a política, com a política.

E nós temos que pensar na nossa propriedade fora da porteira, porque lá acontece coisa que, às vezes, é mais fundamental do que aquilo que construímos dentro da nossa fazenda.

Agora, quero falar do futuro, aqui dentro desta comunidade, Wellington... A tua palavra, Andreia, a tua forma de falar foi canção para os meus ouvidos, obrigado por ter dado a oportunidade, obrigado a Deus por estar aqui também.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Mas, Wellington, dentro desta comunidade, dentro desta região, isto aqui era uma região inóspita, aqui não tinha nada menos... (TEMPO ESGOTADO) Perdão, mas acho que é importante o que vou falar.

Aqui, houve pessoas destemidas que vieram para uma região inóspita, trouxeram famílias embaixo de lona, por quê? Porque o seu sonho, o seu sonho era mais importante que o desafio. E aqui ficaram e aqui fizeram história.

E, aqui, uma vez, não tínhamos nada, não tínhamos energia, daí pensamos: não, vamos trazer energia, e não trouxemos somente uma rede elétrica, trouxemos uma força, porque pensávamos: esse pessoal aqui é de visão, e pensava que, no futuro... Aqui, é um lugar de prosperar, não é simplesmente de abrir e marcar território.

Aí, passou-se o tempo e resolvemos, né, Cattani, uma usada ideia, pavimentar, e o pessoal dizia: “Vocês querem pavimentar um lugar que vai a lugar nenhum?”. Não, pensemos mais alto e criamos uma estrada alternativa ligando Cuiabá, onde é Alta Floresta, rasgando a parte esquerda do nosso Estado, a parte Leste do nosso Estado.

A exemplo da 158, que passa em Canarana, aquela região ali, vai para Confresa, não, a 010 vai sair de Cuiabá, já sai de Cuiabá, vai passar por Júlio, vai passar pela 35, vai passar na Americana do Norte, vai chegar até Alta Floresta e, em Alta Floresta, vai levando um braço para ligar Guarantã do Norte, passando pelo Rio Teles Pires, uma nova ponte.

Isso é feito por quem? Só por político? Não, por pessoas que acreditam, por pequenas pessoas como você, como eu, que saem da fazenda, que não ficam só na fazenda e vão falar com pessoas como o Cattani, vão levar essa ideia, com pessoas como Wellington, para nós melhorarmos a nossa situação.

E aí, Wellington, o que o senhor achou desse asfalto? Bom, esse asfalto é feito por pessoas nossa, nós pagamos o Fethab, nós contribuimos e ainda mais parceiros com os nossos grandes governadores, com o nosso prefeito, com o nosso Deputado e melhoramos a vida para nós e para os nossos filhos.

Mas, Wellington, agora, veio meu pedido para ti e para o Cattani também, nós não paramos por aí. Aqui, é uma comunidade que cresce, que quem enxerga mais... Como, Wellington, como eu conseguiria trazer uma usina de etanol, que é um em que só se falam de milhões, talvez cifras que a gente, tão pequeno produtor, não sabe nem definir.

Como nós poderíamos trazer e ser um polo, ser o primeiro, talvez, a trazer uma usina de etanol dentro do nosso município, dentro da nossa associação, tu já pensaste o pampeiro que nós vamos fazer com isso no futuro e o exemplo que seremos.

Doutora, a senhora... Se nós conseguirmos ter penhor e hipoteca, as escrituras, de cara, nós podemos botar, sabe quantos milhões aqui dentro? Quarenta milhões de investimento para cada produtor.

Vocês imaginam vocês, com 40 milhões aqui dentro, o que vão fazer, pessoal, nós podemos mudar a nossa história, nós temos a possibilidade de mudar a nossa história.

Wellington, você já pensou se todo o meu milho que nós produzimos aqui dentro e aqui em roda, nos assentamentos aqui em roda, São José, Tapurah e tal, ser industrializado... Porque a Lei Kandir, a Lei Kandir, pessoal, impede que gere recurso.

Toda matéria que eu produzo no Brasil, soja, milho e minério... O Pará, por exemplo, não gera imposto, mas, se gerasse, não era viável plantar. Então, existe uma lei chamada Lei Kandir que protege nós a não pagar o imposto de vinte, vinte e poucos ao Governo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Mas, quando nós industrializarmos um produto, o milho, nós transformarmos o milho em matéria manufaturada, seja ele etanol, seja ele energia, seja ele em DDG, que é alimento para o gado, nós passamos a produzir imposto.

E há um cálculo aí, Wellington, que eu me apaixono, para cada tonelada, para cada 16 sacos de milho, parece, está gerando 300 reais de imposto, já pensou o que significa isso num município, numa comunidade, já pensaram.

Pessoal, isso é produzir, é aumentar. Em vez de o nosso milho ir para a China ou ir para.... O nosso ferro, que vai para China para depois nós comprar o produto manufaturado. (TEMPO ESGOTADO)

Vou encerrar, perdão, vou encerrar, mas encerro... Perdoem-me pessoal, mas, assim, é a minha sede de futuro, de incluir todos nós na prosperidade e fazer com que os nossos filhos fiquem aqui.

Wellington, nós precisaríamos... O próximo passo é... Nós queríamos fazer uma usina, porque nós temos energia, temos logística, temos gente, temos produtividade, só falta cérebro e dinheiro, investimento e alguém que nos ajude.

E, para finalizar, Wellington, gostaria que tu olhasses com carinho para um setor, o setor agrícola, que é o marco temporal da reserva, aquilo que tu comentaste, eu comentei dia 22 de junho de 2008, a Europa não quer saber, a China não quer saber.

Vamos legalizar. Wellington, se mudasse esse marco temporal para 25, todo Mato Grosso, toda a agricultura brasileira fica legal, sem problema nenhum, sem nenhuma pirataria, sem nenhuma malandragem que fica sugando o nosso dinheiro, pessoal.

E, Wellington, dado da Embrapa, a Floresta Amazônica sequestra... Não sequestra carbono, ela produz carbono, pessoal, e uma floresta de soja e milho chega a sequestrar 30 toneladas de carbono por hectare.

Acontece ao contrário. Pessoal, isso é um dado que ninguém tem. A Floresta Amazônica é produtora de carbono, está em qualquer Google, pode abrir, e não está sequestrando nada.

E o que o pessoal fala internacionalmente... (TEMPO ESGOTADO) Perdoe-me, estou terminando, eu prometo que estou terminando.

Ninguém quer saber de floresta, eles querem usar as florestas para impedir o nosso desenvolvimento e condicionar o Brasil a um país subdesenvolvido e pobre. Nós não queremos ser pobres, nós queremos prosperar.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Régis.

Dá gosto vermos quem tem emoção e vitalidade para falar, robustez naquilo que fala. Obrigado, Régis, esse é o desejo de todos nós aqui.

O senador Wellington quer responder as suas indagações, mas, no final, aí junta todo mundo aqui, o senhor faz uma fala, senador.

Vou passar para o Otávio Albuquerque, que é suplente de vereador de Nova Mutum, Otávio Xerife.

Com a palavra, Otávio, por 5 minutos.

O SR. OTÁVIO ALBUQUERQUE – Bom dia, pessoal; bom dia, Pontal.

Saúdo toda a mesa, serei breve aqui, o Régis lavou a alma, aqui, de todos vocês como produtor da região.

Cumprimento seu Cattani, meu irmão, muito feliz com essa sua iniciativa, nosso senador Wellington, muito feliz ainda por você estar abraçando essa causa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Como ele falou, pediu apoio para o pequeno produtor, eu já antecipo.

Wellington, salvo me engano, tinha uma loja de agropecuária em Jaciara e Rondonópolis, meu pai foi muito cliente do senhor, Alcides, e é veterinário. Então, tenho certeza de que ele está olhando para vocês com muito carinho, porque, na sua trajetória, ele já começou cuidando de vocês. Imagina agora.

E já deixo bem, aqui, claro para vocês, a minha fala será cirúrgica, porque, se não fossem esses dois aqui, com certeza, esse boato, que nem ele falou, essa fumaça seria transformada em fogo e eles iriam retirar a propriedade de vocês.

Por quê? Porque, hoje, nós temos um Incra que, literalmente, pega o artigo 5º da Constituição e rasga, “todos são iguais perante a lei” uma ova para o Incra.

Primeiro, que ele nem está aqui, senão ele ia escutar de pertinho, olho no olho, porque ele sabe muito bem que ele só trata igual os deles, os que invadem, os que tomam, isso sim eles estão querendo lá regularizar, né, Cattani.

Mas vocês aqui, ó, a quem tenho muita gratidão, porque tive uma excelente votação aqui e defenderei com muita honra, tenho certeza de que, quando chegaram aqui não foi invadindo não, isso aqui foi adquirido com muito suor, isso aqui foi prometido, isso aqui foi assinado, isso aqui é de vocês.

Vocês plantaram, vocês sangraram nesta terra e nada mais justo, nossa cartorária do coração, Manoela, uma mulher digna, responsável, criteriosa, de a senhora contribuir com muito carinho com esses títulos, ajudar, ajudar, porque aqui produz, aqui sustenta, aqui faz acontecer a engrenagem do Brasil, aqui de Pontal.

Quando vim pedir voto aqui, Cattani, eu me emocionei, fui a uma propriedade de piscicultura e o cara falou assim: “olha o tamanho do peixe que eu tenho aqui, olha o tamanho, pega, pode levar”. Falei: não, que isso. “Não, pega, porque não tenho como vender. Se eu pegar o peixe, colocar no carro e for sair ali, tem aquela lei que me prende porque não tenho nota, aí fui tentar tirar nota, não tenho título”.

Então, mais uma vez, estamos falando sobre falta de liberdade, falta de liberdade econômica, e nós temos aqui duas pessoas... Senador, o senhor que disponibilizou o seu tempo para vir a Pontal do Marape para cuidar disso, para apagar esse boato, eu dou os meus parabéns.

E falo para o senhor, com toda certeza, Pontal do Marape vai ser grato ao senhor, grato ao Cattani por ter salvado vocês, porque, se não fossem eles dois aqui, esse boato era realidade e, hoje, nós estaríamos com a malinha de vocês tudo ali, com a Força de Segurança Nacional retirando vocês.

Como eles fazem com o INSS e vão fazer de novo. Se vocês não pedirem o cancelamento, na próxima, vocês que são idosos, eles vão tirar de vocês de novo e ainda vão pedir o retroativo do que vocês cancelaram.

Então, nós estamos falando de um país governado... Que está prendendo um presidente com acusações de golpe.

Nosso presidente Jair Messias Bolsonaro, como foi dito aqui, está preso injustamente, sem nenhum crime e está sendo acusado de golpe, mas golpe é eles, golpe é o que eles queriam fazer com vocês aqui na terra de vocês, retirar cada um das suas casas para dar a sei lá quem, uma propriedade que foi adquirida com muito suor.

Vou ser breve aqui, porque acho que todos já falaram e não vou ocupar o tempo de vocês, mas 2026 está bem aí, é lá que vocês vão disponibilizar a revanche, é lá que vocês vão dizer assim: “Golpe em Pontal do Marape não teve não, já sabemos quem nos protegeu”, e quem nos protegeu está aqui.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E lamento muito que o nosso prefeito de Nova Mutum não esteja aqui, é uma vergonha, num momento tão histórico como este.

Mas, pelo menos, Cattani, o senhor representou e representa Pontal do Marape com muita honra e tenho orgulho do senhor, orgulho do senador.

E é isso. Muito obrigado, pessoal. Deus abençoe a vocês. Conte comigo.
(APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Otávio.

Quero pedir se o Dione quer fazer uma fala em nome da Famato. Dione, por favor.

Depois do Dione, nós vamos ouvir o Davi, há mais três ainda.

O SR. DIONE CASTRO – Bom dia a todos e todas. Sou Dione Castro, sou engenheiro agrônomo, analista fundiário da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso.

Estou aqui em nome do senhor Vilmondes, nosso presidente, e agradeço ao Cattani e o parabenizo também, Deputado, pela ação de trazer uma audiência pública para discutir justamente questões de direito agrário, ou seja, de direito à propriedade, e segurança jurídica a todos os senhores.

Este é o momento deirmos aqui e pontuar o que, de fato, vem acontecendo, seja pela Administração Pública ou seja por outros entes da Unidade Federativa.

Vamos lá. Quero cumprimentar o dispositivo de mesa em nome do senador Wellington Fagundes, quero dizer também, Deputado, que a Famato agradece pelo requerimento, que, em nome do senhor, o deputado José Medeiros levou para nível federal, no Congresso Nacional.

E esse requerimento traz justamente o que estamos discutindo aqui hoje, essas denúncias que foram feitas pelos senhores, que aí não vejo como boato, mas sim como denúncias que procuraram o Deputado Cattani como um agente público que defende os direitos de cada votante.

E, além de quem não votou nele, ele defende todo mundo que o representa... Ele, na verdade, representa o Estado de Mato Grosso, representa cada um de vocês, ele buscou, por meio desta ação, trazer aqui para vocês.

E, em nível nacional, o deputado José Medeiros, também, está levando e convocou nós, da Federação, junto com a Confederação Nacional, para estarmos lá, em Brasília, discutindo sobre essas denúncias de cancelamento que o Incra possa estar fazendo nas propriedades, nos assentamentos do Estado de Mato Grosso.

E ouvir os demais entes da federação, ver se isso também vem acontecendo em nível nacional, nós estaremos lá.

E trago também, senador Wellington Fagundes, um ponto que é crucial. Hoje, nós estamos aqui dentro do assentamento discutindo o cancelamento de títulos; conseguimos, por meio de pressão de todos os agentes públicos aqui da região, mudar esse entendimento e trouxe um aditamento desses contratos, desses títulos.

O ponto que trago, senador, é justamente este, o assentamento da região aqui, do Marape, vem discutir justamente o título, mas tantos outros assentamentos que, devido à morosidade, como a própria secretária Jackeline comentou, o engenheiro Alex também comentou, ainda não chegaram a nível de conseguir o título, e já estão em cima da propriedade há mais de 25 anos.

Então, a ideia também é levarmos a nível nacional, diante da tecnologia que temos de geoprocessamento, georreferenciamento, acelerar esse processo, senão quantas vezes vamos ter que fazer uma audiência pública para discutir sobre a morosidade do Incra em relação à titulação de quem está ali há mais de 25, 30 anos lutando pelo seu pedaço de terra.

É esse o ponto que trazemos, é um ponto que queremos levar também a nível nacional, para contribuir com os senhores e lutar pela segurança jurídica e pelo direito à propriedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Conte conosco da Federação de Agricultura e Pecuária, lembrando que a Federação de Agricultura - Famato não representa só o grande ou médio, ela representa o produtor rural, o produtor rural, independentemente do tamanho da fração da sua terra, se é pequeno, se é médio, se é grande, independe.

Estamos aqui no Estado de Mato Grosso para discutir políticas públicas, seja em comissão dentro do Incra, da Corregedoria, dentro da Comissão de Assuntos Fundiários, seja dentro da Sema para tratar questões ambientais, enfim, estamos aqui para levar o direito do produtor rural e da produtora rural para o Estado de Mato Grosso, para o Brasil e para o mundo.

Conte conosco e me coloco à disposição. Assim como eu vim aqui de Cuiabá, hoje, para ouvir os senhores, escutar os senhores dentro desta audiência pública, estarei aqui também colhendo mais informações para que possamos, lá, em Brasília, levar, pontuar o que...

Na verdade, mostrar para o Brasil o que está acontecendo aqui e tentar soluções alternativas que venham resolver o problema... O dos senhores foi resolvido, e espero que assim seja, conforme foi relatado aqui.

Mas dos outros assentamentos, também, queremos resolver os problemas e de outras glebas, também, que estão passando pelo mesmo processo de reforma agrária e não está sendo efetivado na prática.

Então, conte conosco e me deixo à disposição. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, meu amigo. Muito obrigado.

Vamos ouvir o presidente da associação Apralimpa, que é o Davi.

Davi, o senador pediu a palavra, pode ficar ali já aguardando, mas vou passar para o senador primeiro que o senador tem um compromisso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – Olha, gente, como falei para vocês, vou para São Paulo hoje ainda, estão me ligando aqui desesperados e eu estou junto com a secretária de Agricultura, então quero pedir, Cattani, tudo que está sendo falado aqui está sendo gravado, portanto nós vamos ter uma ata disso, e até responder aqui, vou responder rapidamente a questão da indústria, que acho que é muito importante.

Olha, para pensar numa indústria aqui, primeiro, tem que ter o documento, porque, claro, sem o documento nenhum empresário virá para cá.

Nós temos um problema de Nobres, Cattani. Na cidade de Nobres, temos lá um grande potencial... Como Bonito, no Mato Grosso do Sul, nós falamos que é mais do que bonito Nobres, Nobres é lindo, e não tem documento, isso nós estamos lutando.

Agora...

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – O assentamento mais antigo lá é o Coqueiral, aquela área mais bonita de Nobres fica dentro de Coqueiral, que é o assentamento mais antigo e acho que ele passa de 35 anos, se não me engano.

E é um absurdo, senador, não ter documentação para poder explorar aquela área de forma legal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES – ...então, é uma luta.

Agora, é claro, a usina de etanol, gente, é um investimento alto, mas quem vai fazer é empresário, certo? E, com a viabilidade... Se vocês quiserem, o que nós podemos fazer é um pedido de prospecção para uma futura instalação de uma usina de etanol. Isso nós podemos fazer.

Claro que o etanol transformou a economia de Mato Grosso, porque milho aqui era de montanhas a céu aberto, o frete para levar para o Nordeste era três vezes mais caro do que o milho, do que o valor do produto.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Isso que estou falando é importante, porque vocês sabem, mas quem está nos assistindo na televisão, às vezes, não sabe disso.

O etanol, realmente, foi uma transformação, porque vocês aqui, para quem não sabe, também é obrigado, você plantou a soja ou plantou algodão, você tem que fazer a rotação, então tem que plantar o milho.

E, hoje, o milho, com a indústria do etanol, transformou, porque tem o coproduto, que eles dizem que é o DDG, que é alimento, e Mato Grosso também é o maior produtor da proteína mais nobre, que é a proteína animal, o boi, o porco, a ave e assim por diante.

E aí há mais um detalhe do qual quero falar para vocês da importância, nós estamos fazendo, começamos com o ministro Marcos Pontes... Que era o ministro do governo Bolsonaro, que é o astronauta, e ele vai vir aqui em Cuiabá este mês, a meu convite, viu, Cattani. Ele teve mais de 10 milhões de votos em São Paulo.

E nós já estamos na fase final das pesquisas para transformar Mato Grosso na Arábia Saudita, sabe como? Com a produção do etanol verde.

O que é o etanol verde? É uma fase a mais do etanol para ser o etanol da aviação, quando nós começarmos a produzir isso... Aí, gente, a economia de Mato Grosso vai se multiplicar cada vez mais.

Encerro aqui dizendo o seguinte: quem tem terra aqui, se puder, não venda, espere. E quem quiser comprar que venha comprar logo, porque o preço aqui vai triplicar, vai valorizar demais.

Deixo aqui, também, a minha mensagem de fé, de esperança, acreditando que Deus é brasileiro e que nós, Cattani, com esta audiência aqui, marcamos mais ainda uma marca, ou seja, uma simbologia do que é devolver o voto de confiança do cidadão trabalhando aqui.

Venho, aqui, já pela segunda vez ao assentamento, comi aqui... Porque sou cozinheiro, gente, adoro cozinhar. E me lembro muito bem, Cattani, de um pedaço de porco e carneiro que estava maravilhoso.

Agradeço muito a vocês. Vou ali no fundo ver se há um pedacinho para podermos viajar, mas fiquem tranquilos, quero que quem queira falar fale, porque tudo aqui está sendo gravado e nós podemos responder, inclusive.

E deixo aqui o meu telefone, que é (061) 99948-2211, repito, (061) 99948-2211, vocês mandam a mensagem, que é mais fácil, quer dizer... Agora, por exemplo, o meu vereador aqui está sendo o meu secretário, porque as pessoas ficam ligando e ele está atendendo aqui para mim, para eu poder responder depois. Às vezes, uma mensagem é melhor, porque respondemos na hora mais oportuna também.

Então, um grande abraço, felicidade, que Deus abençoe a todos. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, senador Wellington, muito obrigado mesmo. A sua presença aqui, realmente, fez a diferença, senador.

Mas vai ali, o pessoal arrumou um almoço para o senhor, para o senhor sair daqui abastecido, levar a hospitalidade do Pontal do Marape lá para a sua região também.

Muito obrigado, obrigado mesmo. Nós agradecemos imensamente.

Então, agora, vamos passar ao Davi Soares, que é presidente da associação Apralimpa.

O SR. DAVI SOARES – Bom dia, pessoal. Já marcando mais para boa tarde, né, pessoal?

Quero agradecer, aqui, a presença do pessoal do Santana d'Água Limpa ali, os moradores ali, parceiro nosso, estamos numa comitiva aí.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Quero agradecer aqui também o Garbin, o prefeito Garbin, que está aqui presente, a secretária de Agricultura Jackeline, os senhores vereadores que estão aqui presentes, marcando presença aqui neste evento. É muito importante estarmos aqui.

Obrigado, Cattani, por trazer para nós esta oportunidade de levar as nossas demandas, vocês estão com a demanda aqui da comunidade de vocês, mas abriram o espaço para que nós possamos trazer, também, as nossas demandas.

Nós temos quatro assentamentos ali, em São José do Rio Claro, já está tipo... Assim, nós temos feito a nossa parte como assentamento, como assentado, como associação, e é uma pena o Incra, que é o nosso pai, não estar aqui, hoje, para nos ouvir, mas espero que, por meio deste evento, espero, que eles nos ouçam e nos atendam.

Falando em boato, que nem foi levantado, já está dando medo de boato, porque tem uns quatro anos que nós temos... O primeiro boato que nós começamos a ouvir é que o agro ia perecer e esse boato é a realidade de hoje. Estamos sofrendo bastante.

Houve, Cattani, um boato de que o Incra não ia mais considerar o Radis, é uma pena, o nosso assentamento tem 25 anos, o Santana d'Água Limpa; o P.A. Campinas está com 26 anos.

É que nem o senhor falou, do estatuto do Incra, ele teria que entregar com 10 anos, então, quer dizer, que já estamos com 15 anos atrasados.

Então, se ele não considerar a vistoria do Radis, vai atrasar novamente, e sabe-se que isso não é só tempo, leva dinheiro, tempo, e não temos tempo, precisamos de documento, os produtores precisam levantar recursos.

Quero aproveitar aqui, não sei... A secretária não está mais, até ia fazer um pedido para ela aqui, mas tudo bem. Vamos lá, vamos dar continuidade.

O intuito aqui, hoje, é titularização. Nós precisamos de titularização, já fizemos a nossa parte. Inclusive, pessoal, com o georreferenciamento. O Incra fala que ele não tem condições. Nós, como produtores, fizemos aquela modalidade de formar em reunião, escolher uma empresa e nós mesmo pagarmos, arcamos com os custos do georreferenciamento.

Inclusive, está aqui, hoje, o Alex, que é o proprietário da Bioflora, que efetuou ali no Santana d'Água Limpa o georreferenciamento.

Estamos tendo um problema, porque foi levantado questões há 4 anos, quando foi entregue o georreferenciamento para nós ali, de que esse georreferenciamento não era válido, então muita gente deixou de pagar. Foi colocado em dúvida, então muita gente não pagou.

Só que sabemos da veracidade, sabemos que, realmente, esse geo está regularizado junto ao Incra e precisa que o Incra fale com os produtores para que essa empresa venha receber do restante dos produtores que não cumpriram com o contrato.

Temos mais algumas questões aqui, gostaria de estar falando um pouquinho também, pessoal, que todos os assentamentos sabem que há uma área que fica destinada para estar formando ali uma agrovila, no caso daqui.

Lá no Santana d'Água Limpa, optamos por uma forma diferente, que é agroindústria. Não fazer ali moradia, deixar ali aquele setor para serem instaladas as agroindústrias.

Só que fica difícil, porque quem vai investir em uma área na qual não há nenhum documento, um respaldo jurídico.

Precisaríamos que o Incra... Passaria, não sei como é a forma que vai ser feito, se vai ser traçado isso para a prefeitura, para a Secretaria de Agricultura, nós pedimos que tenha participação das associações, porque moramos dentro do assentamento e sabemos o que é melhor para nós.

A agroindústria é muito importante para o desenvolvimento do assentamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Vamos em frente aqui, do georreferenciamento já foi falado, é isso aí... A Jackeline já explorou bastante, tínhamos conversado antes.

Quero parabenizar a Jackeline, o trabalho que ela tem feito ali no nosso município, com o nosso prefeito atuante, que tem buscado, junto ao Incra, regularizar ali os assentamentos. Quero agradecer e parabenizar pelo seu trabalho.

Quero, aqui, enfatizar a importância de que seja desvinculado do espólio, sei que o espólio tem seu direito, mas nós, assentados, não temos culpa se o Estado não cumpriu com a sua obrigação.

Nós estamos ali já 25 anos, 26 anos esperando o título. Aí, hoje, eles falam, porque está tramitando na Justiça, que não podem nos dar, nos liberar o título.

Gostaria que fosse levado em consideração esse pedido, que fosse desvinculado do processo, porque o assentado não tem culpa se o Estado não cumpriu com a sua obrigação.

Mas agradeço. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Davi.

Vou passar a palavra ao Rafael Brignoni, vereador por Nova Mutum, que pediu a palavra também.

O SR. RAFAEL BRIGNONI – Senhor Presidente, meu irmão Gilberto Cattani, obrigado pela oportunidade.

Também, quero saudar o senador Wellington Fagundes, que já vai começar a cumprir a agenda, as demais autoridades e representantes de instituições que aqui estão e todos os membros da comunidade, que são os maiores interessados.

Meu amigo Éder, que me antecedeu aqui, falou do boato, Cattani, da importância de levarmos a sério quando surgem boatos. Faço uma analogia, sempre, do gato no barracão, ele pode, muitas vezes, não pegar o rato, mas ele espanta.

E acredito, Cattani, que isso, nós conversamos anteriormente, deve ter espantado a questão do cancelamento dos títulos. Essa colocação aqui...
(A MESA DIALOGA COM O SR. RAFAEL BRIGNONI.)

O SR. RAFAEL BRIGNONI – ...espanta... espantou os ratos, é essa a importância.

Nós, enquanto vereadores, reconhecemos que nós não temos a competência direta sobre o tema da discussão, mas somos cobrados, Cattani, os vereadores são cobrados, isso é do Incra, e o povo liga para quem? Liga para nós.

Acontece de o vereador, também, ter que tomar esse posicionamento, então aqui estou tomando posicionamento a favor sempre da nossa população.

Atualmente, Cattani, o que nós temos aqui é apenas uma manifestação verbal do Incra dizendo que não vai cancelar os títulos, é só de boca. O que nós estamos propondo aqui, como sou muito prático nas coisas, é para que todos nós oficializemos isso.

A Câmara de Vereadores de Nova Mutum, as Câmaras de Vereadores das cidades aqui e, em conjunto, todos nós peçamos ao Incra que dê um respaldo oficial. Quero por escrito, porque não acredito nessa gente não, me desculpe, mas não acredito nesse pessoal.

Aqui, já vi que as pessoas também não, o pessoal cansou de promessas, então nós precisamos da formalização, que escreva, né, Edenise, para nós aqui, “nós não vamos cancelar os títulos dos produtores”, é isso que nós esperamos.

E é o trabalho de vocês do Incra, o mínimo que vocês podem fazer é trabalhar e atender esta população aqui, que pede.

Então, venho pedir isso aqui. Esse posicionamento do Incra é fundamental para garantir o procedimento e garantir a segurança jurídica a essas pessoas que aqui estão e,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

consequentemente, tranquilizar toda essa nossa comunidade, que merece esse apoio e merece essa resposta.

Essas são as minhas palavras em relação a esse assunto diretamente, Cattani. Pode ter certeza de que eu, a Câmara... Não sei como é que pode ser o posicionamento, tenho certeza, o Lucas aqui é nosso parceiro, ele tem se dedicado, assim como Ricardo Schneider e vários outros vereadores, a Bia, que está aqui, a preocupação que nós temos com o Pontal do Marape.

Quero, também, agradecer, Cattani, que aqui são coisas que estão vindos para o nosso município, são poucas oportunidades que nós temos, agradecer ao senador Wellington e ao Deputado Cattani, junto com o presidente Lucas e o presidente da OAB, Cristiano Pizzato, e a Justiça do Trabalho de Mato Grosso, pela desembargadora Adenir, para a criação de uma nova vara do trabalho e construção de uma nova sede em Nova Mutum, que está em andamento e aguardando a prefeitura formalizar a doação do terreno.

É uma pauta que nós levamos a Cuiabá junto com o presidente, o Cattani estava junto e nós estamos buscando para trazer coisas para Nova Mutum.

Também, Cattani, falar aqui que é minha intenção, essa eu sei que também é sua, de levantar os dados e documentos segundo a legislação nossa, para protocolar um projeto de lei que torna o Pontal do Marape um distrito de Nova Mutum, assim como Ranchão.

Ou seja, uma divisão administrativa, em que o Poder Público poderá ter mais presença para ajudar nas demandas diárias do povo ordeiro e trabalhador desta terra.

Então, nós queremos fazer essa proposição, vamos precisar da ajuda da comunidade para fazer o levantamento desses dados, aí já agradeço imensamente a ajuda de antemão.

Também, o senador não está aqui, mas já falei com ele lá dentro, já vamos pegá-lo pelo pé, nós temos aqui, senador Wellington, uma emenda que veio a partir da saudosa Amália Barros e do Deputado Gilberto Cattani.

Foi uma demanda requisitada aqui por essa população sobre a questão das emendas que são devolvidas aqui do Pontal do Marape ou que venham dos deputados para a nossa região, e falar para vocês que nós temos uma emenda, que já está disponibilizada, de 1,7 milhão de reais, que é para o asfaltamento aqui da nossa comunidade.

Essa emenda já está oficializada aqui, nós precisamos aí de mais uma emenda do Cattani, se puder também, Cattani, lá disponibilizar, vamos morder mais um pouquinho, o senador Wellington... Vou mandar toda a documentação.

Nós temos até o orçamento do custo para fazer e pedir encarecidamente para a prefeitura que faça esse trabalho, que possamos, realmente, asfaltar e trazer mais conforto para toda a população aqui.

Dizer, também, do meu desânimo e da minha tristeza, os Poderes são convocados, Cattani, porque recebi particularmente, inclusive, esse convite, e eles não se fazem presentes. O Incra, que sabemos, é dominado por algumas pessoas e algumas ideologias às quais vou combater por toda a minha, e a prefeitura deveria estar aqui ou um representante da prefeitura.

Então, entristece-me muito quando nós temos essa oportunidade de trazer senadores, trazer deputados e eles não virem para ouvirem a demanda.

São mais de 2.000 pessoas envolvidas em todo o âmbito do Pontal do Marape, e será que essas pessoas não podem ter um pouco de atenção, meio-dia aqui e ainda por cima serve até churrasco no final para nós, fico triste por isso.

Cattani, estou sempre à disposição, você sabe, estamos aqui, como falaste para o presidente Bolsonaro, falo para ti, onde você pular de cabeça, pulo de pé.

Grande abraço e a gente se vê por aí. (APLAUSOS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Rafael.

O último inscrito é o Claudiomar Francisco Basso, que ninguém conhece no Itanhangá; mas, se falar Chicão, aí todo mundo sabe, até treme, né, Chicão. O Chicão, do Itanhangá, é o último inscrito aqui.

Sei que você queria falar na presença do senador, mas ele está escutando ali, está engolindo um osso ali e escutando.

O SR. CLAUDIOMAR FRANCISCO BASSO – Vou falar que ele vai escutar, eu falo meio alto.

Bom dia, população do Pontal e Deputado.

Ele falou, primeiramente, que tinha uns caras que conhecia desde moleque, fui um cara que conhecia ele desde moleque, mas ele não era molecão, porque desde moleque já trabalhava. Conheci-o em Lucas do Rio Verde, ele era entregador de bagagem e de encomendas da Nova Maringá.

E, graças a Deus... Naquela época, trabalhava de empregado. Graças a Deus, hoje, ele é deputado e eu, graças a Deus, tenho meu pedaço de chão, consegui ser bem-sucedido na vida, graças ao nosso trabalho, né, Cattani.

Eu, com 34 anos, vim para o mato no Itanhangá, 34 anos; hoje, estou com 64 anos. O objetivo era ter o seu pedaço de chão e construir sua família e deixar um legado para os filhos. Graças a Deus, estou conseguindo e consegui, graças a Deus, mas foi comido e estamos comendo ainda o pão que o Lula está pisando.

Não é o diabo, que o diabo não o quer, senão já tinha morrido, porque, se ele morrer, o diabo vai perder a sucessão dele, é essa a situação, e temos lutado até hoje, escravizado pelo Incra, escravizado pelo Governo Federal.

Tenho certeza de que o Deputado deve ter convidado o Ministério Público para estar aqui presente, desembargador, que são os que tinham que estar aqui presente, esses filhos das mães, que qualquer ligação anônima eles acatam, não vão identificar o filho da mãe, quem ele é, que CPF ele tem, ver se ele é idôneo para fazer a tal denúncia, enquanto os trabalhadores eles achacam.

É dessa forma que o nosso Governo, Ministério Público... Não condeno o Incra, condeno o Ministério Público.

Senador, vocês deram poder para essas porcarias, agora, babar e cagar na cabeça de vocês, é esse o detalhe! Os políticos deram poder para eles cagarem na cabeça dos políticos. Estou falando errado, Deputado, não estou falando errado, estou falando com certeza do que estou falando.

Deputado Wellington, em 2009, foi nos visitar, deputado federal. Sentamo-nos numa bancada lá e discutimos a situação do Itanhangá, era ruim, mas nós tínhamos esperança.

Agora, ele falou do ministro Paulo Teixeira. Com o problema que deu de o Incra querer tomar as terras de produtores que estão com o título, há 30 anos em cima do lote, por denúncia de porcarias... Mandaram uma turma de Brasília para os tirar e colocar outros, nós não deixamos, nós não deixamos.

Prefeito Edu estava no gabinete dele junto com o meu filho, ele ligou para o Paulo Teixeira, sabe o que ele falou? “Não, prefeito, esse pessoal ficou 20, 30 anos aí, eles já criaram uma gordurinha debaixo do casco, eles podem ceder a terra, agora, para eu fazer a parte social”.

Então, quer dizer o que? Que podia tirar nós de lá e colocar debaixo de uma lona... Porque nós usamos a terra, nós não temos direito?

O cara pagou a terra, tem o título, que está registrado e está processado, à mercê de ser expulsos de cima da terra dele, e do jeito que está lá, eles querem fazer em todos os assentamentos do Brasil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

E eles não começaram no Itanhangá, porque nós não deixamos e, se precisar morrer, quero ser o primeiro a morrer, mas defender minha terra, porque ali cheguei mato, ali ajudei criar o município, ali criei meus filhos e ali nós temos um município limpo, rico.

Só queria dizer isso. Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Chicão. Obrigado mesmo.

O Chicão era o último inscrito, mas vi o Anderson ali, ele pediu a fala.

Anderson, por favor, irmão. Anderson, também, é um assentado que está aqui desde o começo, para quem não o conhece.

O senhor tem 5 minutos, irmão Anderson, que é o de todo mundo aí.

O SR. ANDERSON – Bom dia a todos aí. Bom dia, meu amigo, meu irmão Deputado Cattani.

É uma satisfação estar aqui, ter todos os presentes aí abordando, hoje, um assunto muito importante. Se eu me estender aqui, o senhor me desculpa.

Mas estava pensando aqui, sabe, Cattani, sobre a situação que o nosso País toma, aonde nós nos permitimos chegar, porque acho que nada... Muitas situações dessa, muitas revoltas dessa que nós vivemos, hoje, não aconteceriam se a nossa lei fosse cumprida, se a nossa lei fosse cumprida.

Nós temos estatutos que regulamentam certas situações, certas entidades, nós temos contratos que são feitos quando nós fazemos algum negócio, certo, nós temos uma constituição que rege o nosso País e nós aceitamos seguir o caminho que a esquerda propôs a nós, nós aceitamos.

Quando o senhor bem falou aqui sobre a questão do contrato, foi assim que tudo começou, eu lembro que, no dia 13 de fevereiro de 2001, aqui, estava assinando um contrato com o Incra que regulamentava todas as minhas obrigações e os meus direitos.

Não só o meu, como o teu, o de todos os assentados, é assim que as coisas funcionam, certo, mas, a partir daquele dia, nós nunca mais tivemos acesso. Poucos leram esse contrato, conhecem o teor do contrato que o senhor bem falou, e eu conheço, certo.

Eu digo para o senhor assim, quando falo que nós aceitamos caminhar em certos caminhos que nós não deveríamos... Em 10 anos, o Incra deveria nos entregar a titularidade, está lá. Ele tem 2 anos para fazer toda a regulamentação, ver se eu sou apto, se eu não sou, 2 anos, não mais para interferir.

Passam-se 12 anos, aqui chega o Incra com uma história de concessão de uso. Eu digo que o nosso grande erro, Deputado, é aceitar conversar sobre isso, que nós não deveríamos nem ter aceitado. O Incra nos devia o título de propriedade, e aqui nós estamos.

Eu acho que nós precisamos dar um ponto de parada, frear e analisar o que nós estamos fazendo. Essa força tarefa de unir todos os responsáveis, que pode fazer a diferença, é o que freia essa situação, e muita coisa no Brasil seria freada dessa forma.

Eu vi que o senador Wellington falou aqui bastante coisa com que concordei, fiquei até feliz em ouvir a fala dele, sabe, Deputado, mas uma das coisas que me chama atenção hoje, Deputado Cattani, é o seguinte, é ver muita gente de direita, porque é conveniente ser de direita... Mas as atitudes não são de direita, as atitudes são de esquerdista, não defende o povo brasileiro.

Para começar, a nossa Constituição fala sobre o nosso processo eleitoral, o nosso processo eleitoral fala de publicidade de voto, cadê a materialidade para ter publicidade de voto. Enquanto nós não tivermos a contagem pública dos votos, não existe democracia neste País, não existe, é um circo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Essa é a visão que um humilde cidadão aqui de Mato Grosso tem, falo aqui de Mato Grosso. É a visão que tenho sobre o nosso País, sobre a nossa Constituição. Se ela existe, ela deve ser respeitada.

E, hoje, os nossos senadores... Estamos observando o seguinte, as atitudes desse povo, as atitudes que esse povo vem tomando, o posicionamento deles... Como é que nós vamos continuar o caminho pela frente, nós temos um país sequestrado.

O golpe... Fala-se tanto neste País, golpe, golpe. O golpe nós tivemos quando uma caneta tirou o marginal condenado da cadeia e conduziu todo esse processo que todo mundo viu.

Aquilo que aconteceu em Brasília, aquilo eu chamo de farsa, narrativa criada para, hoje, impor a cadeia, a prisão a um homem que nunca cometeu crime neste País, um homem que orgulhou o Brasil.

O senhor me desculpa, mas fico um pouquinho nervoso e é dessa forma que consigo me expressar.

Quero dizer, assim, um dia cheguei com 25 anos de idade, com um filho com 2 anos de idade, uma filha recém-nascida, 6 para 7 anos sem energia elétrica, estradas de péssima qualidade, estrutura péssima, aqui viemos nós.

Aqui dentro nós passamos malária nos primeiros anos, muitas pessoas brilhantes que passaram por aqui, hoje, já não estão mais conosco, deixaram, terminaram suas vidas por aqui.

Eu cheguei aqui com 26 anos, hoje tenho 50 anos e nós estamos aqui lidando ainda com esse tipo de situação, não temos legalidade ainda, e eu pergunto até quando nós vamos botar um ponto final nessa história.

Queria dizer para vocês o seguinte, gente, nós precisamos realmente nos unir e analisar o que realmente acontece e tomar a posição correta com as coisas, porque tudo, Gilberto, aqui dentro que foi conquistado foi com luta, com sacrifício.

Recordas-te da energia? Chegou à metade do assentamento e o pessoal ia embora e aquela conversa, aquele rumor, que nem o rapaz aqui falou, foi preciso pressão para que estivesse concluído isso.

Quando nós viemos para cá, para ter estrada aqui, precisou o pessoal fazer uma revolução, trancar a estrada... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Mais um minuto só, Anderson, sei que tu estás nervoso, eu te conheço, mas nós temos um tempo adiantado aqui.

Mais um minuto para tu concluíres.

O SR. ANDERSON – ...só concluindo, em 2007, 30 de setembro de 2007, a primeira reunião aqui no Pontal do Marape a tratar sobre esse projeto de rodovia, pessoal da Sinfra esteve presente, pessoal de São José do Rio Claro, Tapurah, muita gente da região aqui.

Primeira abertura, primeiro pontapé, hoje está aqui o asfalto, estão passando aqui por cima, que maravilha. Mas por que tanta morosidade para tudo? Passa-se uma vida inteira para que as coisas aconteçam.

Eu digo assim, Gilberto, parabéns pela tua atitude e de todos que participaram, hoje, nesta situação aqui, porque o caminho é esse, é enfrentamento às coisas como devem ser dadas.

Respeito a este povo, que está aqui há tantos anos, que cada um tem uma história, cada um tem uma luta aqui dentro.

Eu agradeço a todos, peço desculpa por alguma palavra meio errada, mas é assim que eu penso sobre a situação, tá bom.

Obrigado. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado, Anderson.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Não tem que pedir desculpa de nada, eu acho que você está coberto de razão. Como eu te disse, nós te conhecemos aqui, sabemos da tua luta.

Inclusive, essa primeira reunião que você citou aí, eu me lembro até hoje, era o Riva ainda que estava Presidente da Assembleia, ele esteve aqui, veio prefeito de todo lado quando começamos isso aí.

O Régis pediu... Régis, por favor, só seja breve por causa da hora, porque tem o pessoal, também, da Assembleia.

O SR. RÉGIS PORAZZI – Rafael, sobre esse assunto que você falou sobre 1 milhão e 700 mil que o Gilberto Cattani disponibilizou, até não sabia, Gilberto...

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – (INAUDÍVEL) da deputada Amália.

O SR. RÉGIS PORAZZI – ...ah tá, da deputada Amália, tudo bem, mas parece que tem teu dedo também, parece que tem tua influência aqui.

O SR. PRESIDENTE (DEPUTADO CATTANI) – Até porque se fosse só meu nem estaria aí, eu acho.

O SR. RÉGIS PORAZZI – tá, deixa de ser modesto, meu velho.

Na verdade, é uma ideia que nós criamos com o Léo. O Léo trabalhou muito forte, e isso é mérito também dele, dessa comunidade e de outros líderes daqui, que existem aqui dentro dessa comunidade, de nós pavimentarmos essa avenida aqui.

Fiquei sabendo, hoje, que há esse dinheiro disponível. Se a prefeitura de Mutum não se mexer, a associação BR/MT-010 vai fazer à parte o projeto, e nós vamos trabalhar... Agora, dia 14, 15, ainda temos uma reunião. (APLAUSOS)

O recado que damos sobre isso é que nem aquele que demos aqui uma vez, esse asfalto vai sair, lembra, esse asfalto vai sair. Então, essa pavimentação aqui também vai sair, positivo. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – Obrigado.

Bom, pessoal, primeiro, quero pedir perdão a vocês pelo horário, tomara que os nossos churrasqueiros ali tenham botado a carne só de um ladinho para nos esperar.

Mas nós não temos mais nenhum inscrito, então não temos mais nenhuma fala e nenhum assunto a ser tratado nesta audiência pública.

Quero dizer que tudo que nós falamos aqui está gravado, como já dizemos várias vezes, isso gera para nós, Parlamentares, tanto a mim como ao senador, aos nossos assessores e tudo, documentos para buscarmos melhorias nesse quesito.

Só quero aqui falar só mais uma questão, houve duas pessoas aqui que falaram assim: “Daqui uns dias, a Força Nacional está aí tirando vocês de casa”. E muitos dos senhores, assim como eu, podem falar assim: “Nossa, isso é um exagero, nós estamos falando só do cancelamento de título”. Não é, Xerife, para se emitir outro título, nessa promessa.

Pessoal do Itanhangá, vocês escutaram o Chicão aqui, começou com isso, com essa conversa, de que o título não valia, e hoje a Força Nacional foi lá, não foi, hoje não, mas várias vezes a Força Nacional foi lá tentar tirar pessoas de cima da área.

Do pessoal lá de Rondônia, que foi citado aqui também pelo Régis, também começou, primeiro, pelo documento e depois vem a Força Nacional e taca fogo na nossa residência.

O que nós estamos fazendo aqui é se mexendo. No primeiro grito, no primeiro sinal de alerta, na primeira luz vermelha, nos mexer para que isso não aconteça conosco. Então, só queria deixar isso claro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Dizer que não é nenhum exagero, é só uma questão de tempo se nós não tomarmos alguma atitude, como muitos nossos irmãos assentados em outras localidades sofreram com isso.

Esse é um ponto, outro ponto que queria dizer é a questão que o Alex levantou aqui sobre o pagamento das propriedades. Mais da metade, muito mais, quase todos os assentamentos, inclusive o nosso, o Incra desapropriou.

O desapropriação não é tomar nada de ninguém. O desapropriar é comprar uma propriedade, dividi-la em pequenas parcelas e as vender para pequenos produtores. Nós compramos a nossa área, tanto que todos nós estamos pagando por ela.

Quando isso é feito, o Governo foi lá e deu a entrada, uma pequena entrada para o proprietário e depois deu nó, não pagou mais. Por isso que, hoje, os proprietários entram na Justiça para tentar receber o que é dele por direito.

Inclusive, o governo Bolsonaro tinha feito uma proposta de separar, isso estava na Medida nº 910 também, separar o que é judicial, ou seja, a briga do proprietário, que ele tem direito de receber pela terra que ele vendeu ao Governo, do que é o assentamento, para que pudéssemos regulamentar essas questões, Alex.

Mas, infelizmente, essa Medida nº 910, que também iria dar o nosso título de propriedade pela nossa autodeclaração, uma vez que todos aqui... O Incra já passou 200 vezes no nosso sítio, sabe que nós estamos aqui, enfim, então seria muito simples, nós poderíamos titular todo mundo num tempo muito rápido.

Essa Medida nº 910, procurem aí na mídia, quem ainda não lembra, nem foi votada. Eles a deixaram caducar no tempo em que era lá o gordinho presidente, não me lembro o nome dele... (A MESA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – ...não, não, do Congresso Nacional, mas, enfim... O chamavam de Nhonho... (A MESA DIALOGA COM O SR. PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (GILBERTO CATTANI) – ...o Maia, exatamente.

Naquela época, deixaram-na caducar para que nós não tivéssemos a Medida nº 910, medida provisória, essa editada pelo governo Bolsonaro, para que nós pudéssemos ter o nosso direito de propriedade.

Depois, tentamos fazer o Titula Brasil, que era um programa em que as prefeituras.... Hoje, as prefeituras pelejam para poder fazer, prefeito, e não avançam em nada, que a prefeitura pudesse fazer. No Itanhangá, a prefeitura está fazendo, né, vereador, mas de uma maneira morosa, conforme eles querem, não era essa a ideia.

Enfim, dizer para você que nós não estamos aqui tentando fazer politicagem, até porque aqui, neste assentamento... Fiz questão de fazer aqui, podia ter feito na Assembleia. Fiz questão de fazer aqui, sabe por quê? Porque está tratando da minha vida também. Em qualquer canto que eu vou, falo que tenho orgulho de ser daqui.

E garanto para vocês, enquanto eu tiver fôlego, qualquer tipo de conversa, seja ela uma fofoca ou não, nesse sentido, nós vamos lutar para que ela morra na raiz.

O Incra tinha duas possibilidades, uma de fazer o aditivo e a outra de cancelar o título e fazer outra. Qual foi que o Incra quis fazer...? Muito bem, nós que não deixamos, então ele foi para outra opção, graças a Deus.

Que Deus abençoe a todos vocês. Muito obrigado. Obrigado a todos vocês.

Obrigado à equipe da Assembleia, sempre nos acompanha, sempre me esqueço de agradecer vocês, porque quem é de casa, às vezes, nos esquecemos, às meninas aí, ao Lucky, a todos vocês, à minha equipe do meu gabinete, que proporcionou também toda a organização.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
TRANSCRIÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER EVENTUAIS
CANCELAMENTOS DE TÍTULOS DO ASSENTAMENTO PONTAL DO MARAPE,
REALIZADA NO DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2025, ÀS 9H, EM NOVA MUTUM.

Obrigado às pessoas que estão lá fazendo o nosso almoço, a todos vocês. Obrigado aqui ao pessoal da comunidade, que nos cedeu o espaço. Obrigado a quem veio de longe, do Itanhangá e de outras localidades.

Obrigado, Mirtes, minha amiga de Sinop, que também está aqui. Lá em Sinop, nós temos problemas semelhantes lá em vários assentamentos.

Obrigado, obrigado mesmo de coração. Que Deus abençoe a cada um.

E declaro, assim, encerrada esta audiência pública.

Obrigado. (APLAUSOS)

Revisada por:

- Célia de Almeida Pestana;
- Carmem Elvina Santos Araújo Gaiotti;
- Eunice José de Souza;
- Solange Aparecida Barros Pereira.

